



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO - CSE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Rafael Mendes Mayer

Desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os mais ricos entre 2015 e 2020.

Florianópolis
2023

Rafael Mendes Mayer

Desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os mais ricos entre 2015 e 2020.

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador(a): Prof. Dr. Daniel de Santana Vasconcelos

Florianópolis

2023

Mayer, Rafael Mendes

Desigualdade vista do topo : a concentração de renda entre os mais ricos entre 2015 e 2020. / Rafael Mendes Mayer ; orientador, Daniel de Santana Vasconcelos, 2023.

79 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em Ciências Econômicas, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Ciências Econômicas. 2. Desigualdade. 3. Renda. 4. Ricos. 5. Distribuição. I. Vasconcelos, Daniel de Santana. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Econômicas. III. Título.

Rafael Mendes Mayer

Desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os mais ricos entre 2015 e 2020.

Florianópolis, 27 de junho de 2023.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Daniel de Santana Vasconcelos, Dr.(a)
Instituição Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Liana Bohn, Dr.(a)
Instituição Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Solange Regina Marin, Dr.(a)
Instituição Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a versão original e final do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas por mim e pelos demais membros da banca examinadora.



Documento assinado digitalmente
Daniel de Santana Vasconcelos
Data: 05/07/2023 17:51:50-0300
CPF: ***.669.915-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.(a) Daniel de Santana Vasconcelos, Dr.(a)
Orientador(a)

Florianópolis, 2023.

Aos noventa e nove por cento.

AGRADECIMENTOS

Primeiro, gostaria de agradecer à minha mãe Solange, que a todo momento me apoiou, independentemente da distância, e possibilitou toda minha jornada em Florianópolis.

Segundo, gostaria de agradecer à minha namorada Letícia, por todo o apoio e incentivo à realização deste trabalho, e as palavras de carinho que confortaram mesmo sob os maiores desafios.

Terceiro, agradecer à minha avó Jovita e tia Helena a quem sempre pude contar e a toda minha família.

Por fim, gostaria de agradecer a todos os amigos e docentes que, cada qual à sua maneira e capacidade, me auxiliaram ao longo desses anos em Florianópolis.

"O país real, esse é bom, revela os melhores instintos; mas o país oficial, esse é caricato e burlesco". (ASSIS, Machado de, 1861, Diário do Rio de Janeiro)

RESUMO

A desigualdade de renda brasileira sempre foi considerada elevada, contudo o uso de novas metodologias utilizando dados tributários, em detrimento às pesquisas domiciliares, revelou um novo patamar da desigualdade. Além de demonstrar que os valores são muito superiores aos previamente medidos, revelou um novo universo a ser explorado na pirâmide da desigualdade de renda: o topo. Outrora deixado de lado, o topo da distribuição de renda revela a enorme diferença entre os extremos dos estratos de renda. Ainda, a nova metodologia permite verificar em maior profundidade, não apenas o grau de renda apropriado, bem como a composição dos rendimentos e bens e direitos deste estrato. Os resultados obtidos demonstram que o grau de concentração de renda entre os mais ricos possui caráter inercial, permanecendo estável em um elevado patamar de renda e indiferente aos choques políticos e econômicos.

Palavras-chave: Desigualdade; Distribuição; Renda; Ricos;

ABSTRACT

Brazilian income inequality has always been considered high, however the use of new methodologies using tax data, instead of household surveys, has revealed a new level of inequality. Besides demonstrating that the values are much higher than previously measured, it has revealed a new universe to be explored in the income inequality pyramid: the top. Once left aside the top income shows a huge difference between the extremes of income strata. Furthermore, the new methodology allows for deeper examination, not only the grade of income concentration, but also into the income composition, assets and rights of this stratum. The results obtained show that the degree of income concentration among the richest has an inertial character, remaining stable at a high income level and indifferent to political and economic shocks.

Keywords: Inequality; Distribution; Income; Rich.

LISTA DE FIGURAS

Figura 3.1 - Percentual da Renda Total Apropriado pelo 0,1%, pelo 1% e pelos 5% mais ricos (Brasil 2006-2012)	51
Figura 3.2 - Participação dos estratos superiores na renda nacional	52
Figura 3.3 - Fração da renda recebida pelos 0,01%, 0,1% e 1% mais ricos - Brasil, 1926-2013 (%)...53	

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 - Controle da População	26
Tabela 1.2 - Renda Apropriada pelo 1% mais rico	27

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 3.1 - Índice de Gini Brasil	48
Gráfico 3.2 - Concentração de Renda do 1% mais rico entre 2015 e 2020	50
Gráfico 3.3 - PIB per capita e salário mínimo mensal em termos reais a valores de 2019	50
Gráfico 3.4 - Percentual de renda apropriado pelo 1%, 0.1% e 0.01% mais ricos	54
Gráfico 3.5 - Renda per capita (mensal) do 1% mais rico	55
Gráfico 3.6 - Composição dos rendimentos do 1% mais rico	56
Gráfico 3.7 - Composição dos rendimentos isentos e tributados na fonte do 1% mais rico	57
Gráfico 3.8 - Composição dos bens e direitos do 1% mais rico	57
Gráfico 3.9 - Composição dos bens e direitos do 8º ao 90º centil	58
Gráfico 3.10 - Composição dos rendimentos do 8º ao 90º centil	59
Gráfico 3.11 - Estrutura da Segmentação	60
Gráfico 3.12 - Renda per capita (mensal) do 0.1% mais rico	61
Gráfico 3.13 - Renda per capita (mensal) do 0.01% mais rico	62
Gráfico 3.14 - Composição dos bens e direitos do 0.1% mais rico	63
Gráfico 3.15 - Composição dos bens e direitos do 0.01% mais rico	64
Gráfico 3.16 - Composição dos rendimentos do 0.1% mais rico	65
Gráfico 3.17 - Composição dos rendimentos do 0.01% mais rico	65
Gráfico 3.18 - Limite superior da renda comparada entre os centis 91-99, 0.1% e 0.01% mais ricos com base em grupamentos de 9 centis	66
Gráfico 3.19 - Concentração de renda: Parcela da renda apropriada pelo 1% mais rico em países selecionados (Emergentes)	68
Gráfico 3.20 - Índice de Gini - países selecionados	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE	Auxílio Emergencial
BCB	Banco Central do Brasil
CEF	Caixa Econômica Federal
DIRF	Declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física
IR	Imposto de Renda
IRPF	Imposto de Renda de Pessoa Física
PIB	Produto Interno Bruto
PBF	Programa Bolsa Família
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra a Domicílio
RBE	Renda Básica Emergencial
RBC	Renda Básica Cidadã
RFB	Receita Federal do Brasil
RNBDF	Renda Nacional Bruta Disponível para as Famílias
WID	World Inequality Database

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	16
1.2 OBJETIVOS	18
1.2.1 Objetivo Geral	18
1.2.2 Objetivo Específico	18
1.3 JUSTIFICATIVA	18
1.4 METODOLOGIA	20
1.4.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	20
1.4.2 ESTRUTURA DO TRABALHO	20
1.4.3 CONCEITUAÇÃO	21
1.4.4 COLETA DE DADOS E AMOSTRAGEM	23
1.4.4.1 Limitação das pesquisas domiciliares	23
1.4.4.2 Os Dados Tributários	24
1.4.4.3 Controle da população, renda e o grau de concentração	25
1.4.5 LIMITAÇÕES	27
2 UM BREVE HISTÓRICO DA DESIGUALDADE DE RENDA	29
2.1 O PRIMEIRO SÉCULO XX	29
2.2 OS 30 GLORIOSOS	30
2.2.1 O Estado de Bem-Estar Social e as Narrativas Benignas	30
2.2.2 A transição para o Neoliberalismo e a ascensão da meritocracia	33
2.3 A VIRADA DA DESIGUALDADE	36
2.4 A VOLTA DA DESIGUALDADE	38
3 DESIGUALDADE BRASILEIRA	41
3.1 A CRISE DE 2015 A 2017	41
3.2 OS ANOS 2018 A 2019	42
3.3 A PANDEMIA	42
3.3.1 Os Choques Econômicos	43
3.3.2 O Auxílio Emergencial	45
3.3.3 Dois Brasis, o retrato da desigualdade brasileira entre 2015 e 2020	49
3.3.4 A beleza dos décimos e dos centésimos	60
3.3.5 Brasil e o mundo	67
4 CONCLUSÃO	70
REFERÊNCIAS	73
APÊNDICE A – Controles de Renda	77
APÊNDICE B – Dados do CETAD	79

1 INTRODUÇÃO

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O Brasil figura entre as maiores economias do mundo em termos de Produto Interno Bruto (PIB) (WORLD BANK, 2022). Contudo, "[o] contingente de pobres brasileiros em 2021 é o maior da série histórica iniciada em 2012" (NERI, 2022, p. 5). Assim, pode-se inferir que o país, apesar do elevado volume de recursos, ainda apresenta 29,62% de sua população com renda de até R\$ 497,00 reais mensais, representando cerca de R\$5,50 ao dia (NERI, 2022). Estas informações reforçam a hipótese de Ricardo Paes de Barros "o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres" (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000, p.1).

O contraste entre o volume de recursos produzidos e o volume efetivamente apropriado pelos diferentes estratos demonstra que o problema brasileiro é de caráter distributivo e a assimetria na distribuição de recursos pode gerar graves consequências para o tecido social.

Barros, Henriques e Mendonça (2000) através dos dados da Pesquisa Nacional de Amostra a Domicílio (PNAD) de 1977 até 1998 e do Relatório do Desenvolvimento Humano de 1999 buscam compreender o retrato e determinantes da pobreza, além de mecanismos para combatê-la, sendo a desigualdade o principal determinante e combatê-la representa melhoras significativas nos índices de pobreza sem comprometer o crescimento econômico.

Ainda, Barros (2000) aponta o crescimento econômico como principal mecanismo eleito pelas autoridades brasileiras no combate à pobreza, contudo a mesma é menos elástica ao crescimento do que em relação à redução da desigualdade de renda.

Neste ponto Hoffman (2001) trata da relação desigualdade-crescimento ao citar Furtado apontando que a concentração de renda favorece a diversificação de consumo das classes de alta renda em detrimento do uso das economias de escala incorrendo em elevados custos e, pode-se extrapolar, baixa produtividade a longo prazo, ainda cita a relação entre concentração de renda e menor estabilidade política que, por sua vez, desdobra-se em menor crescimento. Estes apontamentos são contraponto fundamental ao entendimento da desigualdade como resíduo do crescimento econômico, será tratado em maior profundidade nos capítulos seguintes.

Ainda, Medeiros (2005) trata das mesmas questões abordadas por Barros e Hoffman indicando maior sensibilidade da pobreza em relação às alterações nos níveis de desigualdade.

Piketty (2014) é o grande expoente dos estudos sobre desigualdade de renda pelas mudanças metodológicas que trouxeram. Primeiro, passa a abordar a desigualdade de renda através de séries tabuladas do Imposto de Renda (IR) em detrimento do uso de pesquisas domiciliares. Segundo, coloca os ricos em proeminência no debate e lhes confere papel nas questões distributivas.

Medeiros, Souza e Castro (2015) realizaram os primeiros estudos no Brasil utilizando a metodologia de Piketty. Utiliza dados tabulados do imposto de renda para avaliar os níveis de concentração de renda entre os mais ricos (1% mais ricos), construir indicadores e, principalmente, comparar com os estudos prévios que valiam-se de dados tributários. Souza (2018) utiliza a mesma metodologia, salvo algumas alterações metodológicas, na construção da maior série histórica brasileira acerca da concentração de renda no topo. Mais recentemente Breviglieri (2021) complementa os levantamentos de Souza (2018) estendendo a série até 2018.

Ainda neste sentido Gobetti e Odair (2016) realizaram levantamentos dos dados do Sistema de Contas Nacionais (SCN) e dos Grandes Números do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) de modo a avaliar o processo de concentração de renda e sua comparação com a PNAD, a conclusão segue a hipótese da linha metodológica vigente: as pesquisas domiciliares tendem a subestimar a concentração no topo. Neste estudo os autores concluem que a hipótese de queda da concentração no período apontada pelas pesquisas devia-se mais ao movimento redistributivo interno dos rendimentos formais sobre os informais.

A convergência dos estudos apontam no sentido da regressividade tributária brasileira conforme Oliveira (2018) e Breviglieri (2021) que favorecem a concentração no topo por onerar as camadas de menor renda. Esse comportamento eleva os preços relativos de bens-salários, reduzindo o rendimento do trabalho devido às elevadas alíquotas sobre bens e serviços e folha de pagamentos em contraponto à elevada produtividade do capital beneficiada pela ausência de tributação sobre lucros e dividendos, as manobras de elisão fiscal como a “pejotização” do trabalho, presença de subsídios/isenções/regimes especiais de grandes corporações e as baixas alíquotas sobre heranças e doações.

As novas metodologias trazem um olhar mais apurado acerca da pirâmide da desigualdade compreendendo-a como um todo, não observando apenas a base que a constitui, muitos ganhando pouco, como também compreender o topo da pirâmide, poucos ganhando muito que, apesar de não constituir o sustentáculo deste construto, apoia-se sobre todo o resto e, como indicam os estudos recentes, exercem pressão cada vez maior sobre a base.

Portanto, o presente trabalho busca compreender a desigualdade de renda, com foco no topo da distribuição, entre os anos de 2015 a 2020, no Brasil.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo deste trabalho é analisar o comportamento da desigualdade de renda no Brasil entre 2015 e 2020 através dos dados do Imposto de Renda (IR) disponibilizados pela Receita Federal do Brasil (RFB), com enfoque nas questões referentes ao topo da distribuição de renda.

1.2.2 Objetivo Específico

- I. Revisar e entender em termos teóricos como a desigualdade de renda foi interpretada ao longo da história
- II. Analisar o comportamento e composição dos rendimentos do 1%, 0.1%, 0.01% mais ricos da população entre 2015 e 2020.
- III. Analisar o comportamento da distribuição de renda no Brasil no ano de 2020 e compreender os impactos da pandemia da COVID-19 sobre a desigualdade de renda.
- IV. Comparar, internacionalmente, a trajetória da desigualdade de renda brasileira entre 2015 e 2020.

1.3 JUSTIFICATIVA

Os estudos nacionais, como em Medeiros, Souza e Castro (2015), Souza (2018) e Breviglieri (2021), apontam para uma tendência de inércia da concentração de renda em torno

do topo (1-10%) da distribuição apropriando entre 20-50% da renda nacional de acordo com os dados, o recorte e a metodologia adotada.

Esse cenário continua a retratar uma “estabilidade inaceitável” descrita por Paes de Barros (2000) mais de 20 anos após a publicação de seu artigo. A inércia da concentração do topo exerce pressão sobre o tecido social como a elevação da instabilidade política, precarização no mercado e das condições de trabalho, aumento do número de famílias vivendo na miséria, maiores taxas de insegurança alimentar e habitacional, etc.

Esses fenômenos e indicadores além de serem detratores do crescimento e desenvolvimento econômico ferem diretamente a dignidade humana e os princípios democráticos de participação na construção da sociedade ao excluir uma massa crescente de pessoas pobres e empobrecidas conforme indica o artigo 3º dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil inciso III “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (BRASIL, 1988)

O topo da pirâmide, apesar de ter ganho novo papel nas questões distributivas, ainda carece de um maior número de estudos. O funcionamento, dinâmica e impacto na desigualdade de renda da remuneração dos altos executivos ou trabalhadores liberais de alta qualificação e renda, o papel das heranças e dos herdeiros e, em menor medida, celebridades, ainda é, em boa parte, uma incógnita a ser explorada.

Piketty (2014) aponta que a dinâmica de rendimento líquido do capital acima do crescimento do produto poderia provocar “choques políticos consideráveis” uma vez que as democracias fundamentam-se no ideal meritocrático de caráter racional e universal, sendo o mérito através do trabalho¹ e não através da "filiação" e renda. Desse modo, qualquer desigualdade gerada seria útil e justa, fazendo alusão a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789.

Sandel (2021) apresenta o papel do mérito na sociedade corroborando o argumento de Piketty acerca do papel do mérito nas democracias. O autor explora o sistema de educação estadunidense, em especial, o ingresso nas instituições de ensino superior, principalmente a *Ivy League*, grupo formado pelas 8 universidades mais prestigiadas dos Estados Unidos. O retrato esboçado demonstra, em menor escala, o uso de recursos financeiros, de doações (lícitas) à suborno (ilícito), por parte dos mais ricos² para garantir a vaga de seus filhos (e

¹ Visão apoiada no ideal neoclássico de remuneração dos fatores de produção vinculados à sua produtividade marginal e ao equilíbrio de mercado cuja valoração se daria por forças de oferta e demanda.

² Segundo Atkinson (2015) os ricos, ou elites não se resumem unicamente a rentistas, mas “foram substituídos por gestores de fundos de hedge, CEOs e jogadores de futebol” (ATKINSON, 2015, p. 152). A

herdeiros) nessas instituições e como essas “portas”, seja a lateral (esquema de fraude), seja a dos fundos (doações lícitas às instituições), demonstram como a filiação e renda se sobrepõem ao mérito do trabalho (estudo).

Portanto, esse estudo agrega a literatura estendendo a série histórica que começa em Souza (2018), de 1926 a 2013, e Breviglieri (2021) de 2014 a 2018, de modo que podemos analisar até o ano de 2020. Dessa maneira, conforme Souza (2018) aponta, entender o topo e o que lhes “sobra” e não apenas os mais pobres e o que lhes “falta”.

1.4 METODOLOGIA

1.4.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A natureza deste trabalho é classificado como pesquisa aplicada uma vez que “[as] atividades nas quais conhecimentos previamente adquiridos são utilizados para coletar, selecionar e processar fatos e dados, afim de se obter e confirmar resultados, e se gerar impacto” (FLEURY; WERLANG, 2017).

Quanto ao objetivo desta pesquisa, possui caráter exploratório, explorando os trabalhos de Piketty (2014), somados aos avanços no tema para a realidade brasileira com Souza (2018) e, mais recentemente, com as atualizações de Breviglieri (2021), o trabalho busca atualizar as pesquisas anteriores, estendendo o período de análise em face das novas informações disponíveis e buscar entender a desigualdade no ano calendário de 2020 em meio à pandemia da COVID-19.

1.4.2 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho possui quatro capítulos. O primeiro capítulo sendo introdutório, apresenta o tema e problema de pesquisa, os objetivos dela um geral e três específicos, bem como a justificativa e metodologia utilizada, enfocando os dados utilizados e suas limitações.

O segundo capítulo trata do referencial teórico. O capítulo trata de definir conceitos que serão usados ao longo deste trabalho para, em seguida, realizar uma revisão histórica

troca, em boa medida, se deu pelo uso de pagamento através de desempenho somados às baixas alíquotas sobre renda.

acerca da desigualdade de renda e seu papel, enquanto preocupação, dentro da academia e do debate público.

O terceiro capítulo aborda a desigualdade de renda a partir do Brasil. Compreendendo o período de 2015 a 2020 onde o país passa por diversos choques políticos e econômico para, enfim, abordar a pandemia da COVID-19 e o comportamento distributivo da renda neste ano, revisando a conjuntura macroeconômica bem como as ações tomadas pelo governo na condução da crise sanitária. Sequencialmente será abordado o auxílio-emergencial e as discussões acerca da renda básica universal e, por fim, avaliar o contraste da medida fiscal e com os ganhos do topo da pirâmide no mesmo período.

O quarto capítulo busca concluir a pesquisa e avaliar os possíveis desdobramentos futuros deste trabalho.

1.4.3 CONCEITUAÇÃO

Antes de adentrar aos entendimentos históricos deve-se, primeiramente, definir os conceitos utilizados ao longo deste trabalho. Para esses conceitos serão usadas as definições de Piketty (2014).

O primeiro conceito fundamental é a renda. Define-se renda como um “fluxo e corresponde à quantidade de bens produzidos e distribuídos ao longo de um determinado período [um ano]” (PIKETTY, 2014, p. 59). A renda nacional, por sua vez, é a produção interna (PIB) subtraído da depreciação do capital e acrescida a renda líquida recebida do exterior (ou subtraída a renda líquida remetida ao exterior). Assim, conforme a equação 1:

$$(1) \text{ Renda nacional} = \text{produção interna} + \text{renda líquida recebida do exterior}$$

Neste ponto Atkinson (2015) define renda como a soma das receitas monetárias ou em papel moeda em um dado período, ou ainda, a máxima quantia disponível a uma família destinada ao consumo sendo seu patrimônio líquido constante.

O segundo conceito fundamental é o capital, sendo definido como:

“[...] o conjunto de ativos não humanos que podem ser adquiridos, vendidos e comprados em algum mercado. Assim, o capital compreende, especificamente, o conjunto formado pelo capital imobiliário (imóveis, casas), utilizado para moradia, e pelo capital financeiro e profissional (edifícios e infraestrutura, equipamentos,

máquinas, patentes etc.), usado pelas empresas e pela administração pública.” (PIKETTY, 2014, p. 54)

Note que o capital humano é excluído, dentre outros motivos, pela impossibilidade da compra ou venda, isto é, não pertence a ninguém exceto ao próprio indivíduo que pode, no limite, ofertar seu capital, mas jamais transmiti-lo de maneira integral. Além do capital físico, ainda são incluídos o capital intangível, como capital financeiro e patentes.

Enquanto a renda trata-se de um fluxo, capital é um estoque de riqueza, neste sentido “capital” e “riqueza” são intercambiáveis e cabem na definição:

"Para simplificar, usaremos as palavras "capital ", "riqueza " e "patrimônio " de forma intercambiável, como se fossem sinônimos perfeitos. [...] Em suma, o conceito de capital que utilizamos exclui em definitivo o capital humano [...], mas também não se resume ao capital “físico” (terrenos, edificações, equipamentos e outros bens materiais). Incluímos, além disso, o capital “imaterial”, como, por exemplo, as patentes e outros direitos de propriedade intelectual, tratados como ativos não financeiros (se os indivíduos detêm diretamente as patentes) ou como ativos financeiros, quando as entidades privadas detêm ações de empresas que são proprietárias das patentes — o que, aliás, é o caso mais comum. De modo geral, as várias formas de capital imaterial são levadas em conta por meio da capitalização das empresas no mercado de ações" (PIKETTY, 2014, p.54-57)

O estoque, por sua vez, é formado pela renda apropriada ou acumulada (PIKETTY, 2014).

Ainda falta tratar dos ricos e da desigualdade. Rico, para este trabalho segue em partes a metodologia de Souza (2018), segmentando-o de maneira operacional “centrada em frações predeterminadas da distribuição de renda, variando de 0,01% aos 15% no topo” (SOUZA, 2018, p. 25-26). Assim define-se rico como aquele cujo estoque de riqueza (ativos financeiros e não financeiros) e nível de renda coloque-os dentro dos 1% do topo do estrato de renda.

Neste trabalho, "ricos", “mais ricos”, “estrato mais rico”, “mais afluentes” e semelhantes são intercambiáveis.

Assim, desigualdade, baseando-se nas noções de estoque de riqueza e renda conceituadas, é a caracterização resultante de uma dada distribuição de renda é mensurada pelo percentual de renda apropriado por uma determinada parcela da população.

1.4.4 COLETA DE DADOS E AMOSTRAGEM

1.4.4.1 Limitação das pesquisas domiciliares

Os primeiros trabalhos com enfoque nos mais ricos remontam a Medeiros (2005), que utiliza os microdados da Pesquisa Nacional de Amostra a Domicílio (PNAD) para avaliar a concentração de renda entre os mais ricos.

O problema metodológico fundamental sobre o uso dos dados de pesquisas domiciliares é a baixa assertividade dos dados levando a problemas de subestimação dos índices de desigualdade, principalmente entre os mais ricos. Uma vez que a amostragem é realizada através de pesquisa em domicílio com aplicação de questionário, diversos são os problemas, como apontado por Souza (2018) e Atkinson (2015), gerados na coleta desses dados nesse estrato da população:

1. Não participação e não resposta: os mais ricos tendem a estar indisponíveis ou simples recusa a dar respostas do questionário aplicado. Segundo Souza (2018), dificuldade de localização, acesso à moradia, preocupação com segurança, preservação da privacidade, ausência de tempo, elevados custos de oportunidade e ignorância em relação à própria renda são alguns dos motivos para as recusas ou abstenções.

2. Subdeclaração: dificuldade na mensuração dos rendimentos em função da irregularidade ou complexidade dos cálculos, ganhos mistos entre trabalho e capital ou simples constrangimento em apontar os rendimentos ao entrevistador de menor renda são alguns dos motivos.

3. Processamento de dados: tratamento de erros amostrais com uso de truncamento de dados a partir da imposição de um teto tende a gerar subestimação do nível de renda.

4. A participação da pesquisa é voluntária, sendo possível inúmeros indivíduos se recusarem a participar. A metodologia atual, que mais se aproxima com os trabalhos internacionais, é através do uso de dados tributários obtidos nas declarações anuais de Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) e Jurídica (IRPJ), compondo a declaração anual do Imposto de Renda (IR).

1.4.4.2 Os Dados Tributários

Como Souza (2018) indica, o uso de dados tributários possuem uma vantagem em relação às pesquisas domiciliares como: a compulsoriedade da declaração (dada por força de lei), os elevados custos de não-declaração (sonegação) e a maior abrangência dos dados declarados, abordando não somente os rendimentos do trabalho (como no caso da PNAD) mas também os rendimentos do capital (como juros e dividendos recebidos). As tabulações do IR são fornecidas pelo Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal (CETAD), a série vai de 2006 a 2020.

Diferentemente da limitação apontada por Atkinson (2015) a tabulação usada segue organizada em centis possibilitando a análise estratificada de renda. Não há acesso aos microdados da declaração, sendo restrito a poucos pesquisadores, os dados disponibilizados são apresentados através de agregados: o universo de declarantes é subdividido em grupos iguais que equivalem ao centésimo do total de declarantes, em termos de renda, o estrato é delimitado pelo limite superior da renda do centil.

Os dados são tabulados por estado (incluindo Distrito Federal) e a nível nacional (consolidado). Ainda, as tabulações são divididas em três níveis: I, II e III.

No nível I os dados são organizados conforme a Renda Tributável Bruta (RTB) - sendo salário, aluguéis, pensões, etc.

No nível II os dados são organizados conforme a RTB somado aos Rendimentos dos sócios ou titulares de Micro e Pequenas empresas mais os rendimentos recebidos a título de lucros e dividendos compondo a Renda Bruta I (RB1).

No nível III os dados são organizados conforme RB1 somados os Rendimentos Sujeitos à Tributação Exclusiva (não compõem a base de cálculo do IR, não admitem restituição e são, geralmente, retidos em fonte, contudo devem constar na declaração).

Vale a ressalva que os dados são apresentados conforme declarado por cada contribuinte, o CETAD aplicou correções a dados que poderiam causar distorções, ainda, os dados são uma representação estática conforme o período de publicação, podendo sofrer eventuais correções. Esta última ressalva, contudo, vale apenas aos dados mais recentes, dados mais antigos como de 2006 dificilmente sofrem qualquer retificação.

Os dados do CETAD³ contam com uma estratificação especialmente detalhada acerca do centésimo mais rico da população. O centésimo mais rico é detalhado entre o 0.1% e o

³ Ver apêndice B

0.01% mais rico, isto é, o centésimo mais rico é dividido em decis (grupamentos de 10%) e o último decil é subdividido em mais decis (compondo o 0.01%).

Outro ponto fundamental é explicitar, para além dos dados, que a variável de interesse analisada será a renda. Outras variáveis são possíveis para se analisar a desigualdade, contudo a desigualdade de renda é mais operacional em termos de informação disponível.

1.4.4.3 Controle da população, renda e o grau de concentração

Primeiro extraímos os dados da população brasileira para o período compreendido de 2015 a 2020 calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em seguida calculamos o equivalente o centésimo da população. Neste ponto poderia-se argumentar sobre o uso da População Economicamente Ativa (PEA), contudo a série histórica vai até o ano de 2014, portanto será usada a população total.

Segundo, a partir dos dados do CETAD calcular a população equivalente do centil superiores de renda, para tal pode-se utilizar a analogia da fila: imagine que toda a população é alinhada em uma grande fila de acordo com seu nível de renda, em último lugar fica o indivíduo mais pobre, no primeiro, o mais rico, a partir do primeiro lugar soma-se a população (a partir dos dados do CETAD), em ordem decrescente de renda até que a população de contribuintes/declarantes equivalha ao centésimo da população total. Para este estudo foi equivalente do centésimo centil (topo) ao nonagésimo-quarto (94) conforme a tabela 1.1.

Tabela 1.1 - Controle da População

Faixa	94° - 100° centil						
	Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020
IRPF (declarantes)		1.979.924	2.024.152	2.072.223	2.131.670	2.134.896	2.214.439
Centésimo população (habitantes)		2.044.506	2.060.814	2.076.609	2.084.949	2.101.471	2.117.557
População (milhões)		204,450	206,081	207,660	208,494	210,147	211,755

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do CETAD/IBGE

A partir de 2018 o nonagésimo quarto centil deixou de figurar entre o 1% mais rico, contudo ao tomar como base o nonagésimo quarto o desvio padrão em relação ao centésimo calculado era menor (0,03% contra 0,06% com ajuste), assim optou-se por manter sempre a relação entre o 94° e o 100° centil (sem ajuste) de modo que o número de contribuintes fosse maior nos três últimos anos.

Terceiro calcula-se o controle para a renda da população, neste estudo foram usados quatro diferentes controles para renda sendo eles: a Renda Disponível Bruta (RDB) e a Renda Nacional Bruta (RNB) ambas coletadas a partir dos dados das Contas Nacionais Integradas (CEI), a partir dos dados do CEI para o setor institucional Famílias e a Renda Nacional Disponível Bruta das Famílias (RNBDF)⁴ calculada pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Sendo o último adotado como principal na análise dos dados.

Calcula-se a razão entre a renda do 1% (com base no centil) e a renda nacional conforme o exemplo da tabela abaixo tomando como base o controle de renda da Renda Disponível Bruta (RDB), todos os valores estão em milhões de reais a valores de 2019 corrigidos pelo Índice Nacional Amplo ao Consumidor (IPCA):

⁴ Ver apêndice A

Tabela 1.2 - Renda Apropriada pelo 1% mais rico

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Renda centil (milhões)	1.043,01	1.045,69	1.065,31	1.100,88	1.142,81	1.146,42
Renda disponível bruta (milhões)	6.975,81	6.846,24	7.000,97	7.101,37	7.194,32	7.153,69
Renda apropriada pelo 1% mais rico (milhões)	14,95%	15,27%	15,22%	15,50%	15,88%	16,03%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do CEI/CETAD

1.4.5 LIMITAÇÕES

Conforme indicados por Gobetti e Odair (2016), Medeiros, Souza e Castro (2015), Oliveira (2018) e Breviglieri (2021) as limitações das pesquisas utilizando dados tributários são:

1. Limitação dos dados disponíveis para formações de séries históricas de longo prazo e cálculo da renda domiciliar dos mais ricos.
2. Indisponibilidade de microdados elevando a precisão da análise.
3. Há incompletude da distribuição uma vez que apenas uma minoria de brasileiros precisa declarar o IR (cerca de 14-15% pelos dados do CETAD).
4. Metodologia: o uso das interpolações tende a criar subestimação.
5. Cobertura insuficiente uma vez que as rendas são mistas, pertencendo tanto a pessoas físicas como jurídicas.
6. Manobras de elisão ou evasão fiscal, reduzindo a quantidade paga e declarada, subestimando a concentração total.
7. Valores de bens e direitos como propriedades ou ações nem sempre estão atualizados uma vez que é computado o custo de aquisição.

Seu valor corrente é apenas revelado em uma eventual venda. A metodologia corrente para formação das séries se dá pelo uso de interpolações. Ainda, Atkinson (2015) aponta que, apesar de sua enorme utilidade para a mensuração da desigualdade, os dados do IR não foram

designados para tal propósito sendo reflexos legislativos “os dados são um subproduto de um processo administrativo” (ATKINSON, 2015, p. 76)

2 UM BREVE HISTÓRICO DA DESIGUALDADE DE RENDA

2.1 O PRIMEIRO SÉCULO XX

O final do século XIX e começo do “[...] primeiro século XX (1914-1945)” (PIKETTY, 2014) passa por um fenômeno sociológico onde “[...] dramas individuais foram reinterpretados como coletivos. Com a ordem social intensamente questionada a preocupação com a desigualdade adquiriu legitimidade intelectual” (SOUZA, 2018, p. 37). O período é marcado pela preponderância dos discursos dicotômicos onde dois pólos divergentes estão em conflito direto ou latente sejam eles: capital/trabalho, governantes/governados, elite/massa, ricos/pobres (SOUZA, 2018). A dinâmica conflituosa dos pólos constitui “vencedores” e “perdedores”, em termos econômicos essa ideia poderia ser interpretada como o grau de apropriação do produto nacional por um dos lados dando maior intensidade às preocupações acerca da desigualdade de renda à época.

Contudo, a própria dinâmica social passa a transformar essas ideias. A I Guerra Mundial (I GM) é marcada por quedas acentuadas de desigualdade de renda, inclusive no topo da distribuição, devido a destruição gerada pelo conflito. Valida-se esta ideia ao observar a dinâmica dos não combatentes que divergem deste padrão. O período pós-guerra e a necessidade de financiar a “[...] exploração da guerra”. (ATKINSON, 2015)

A eclosão da II Guerra Mundial (II GM) possui um efeito mais intenso em relação a desigualdade de renda, diferentemente da I GM, os níveis gerais de desigualdade apresentaram quedas mais acentuadas e mesmo entre não combatentes a experiência é semelhante. Como argumenta Atkinson:

“Em alguns casos, isso [redução da desigualdade] foi o produto do “caos” da guerra e da ocupação, ou das rupturas estruturais impostas pelo acordo pós-guerra. Mas, mesmo em países nos quais houve uma continuidade de governo, mudanças fundamentais ocorreram em consequência de novas atitudes sociais e de uma noção maior de solidariedade social.” (ATKINSON, 2015, p. 86)

Durante a II GM as estruturas tributárias passaram a ser alteradas apresentando elevação das alíquotas máximas, a presença do Estado ganha maior proeminência e os rumos da desigualdade e das percepções sobre o fenômenos passam a mudar. A inflação, a destruição física, a necessidade de financiamento da guerra (Guerra Total) e o papel do Estado Nação no conflito foram os fatores centrais (SOUZA, 2016).

2.2 OS 30 GLORIOSOS

2.2.1 O Estado de Bem-Estar Social e as Narrativas Benignas

As três décadas seguintes, conhecidas como os 30 gloriosos, ou seja, as gerações do imediato pós-guerra, vivenciaram o que ficou conhecido como os anos dourados, período entre 1945 e (aproximadamente) 1975, caracterizado pelo crescimento econômico marcado pela redução da desigualdade de renda entre os países desenvolvidos.

A concomitância entre crescimento e redistribuição não foi um fato dado pelo acaso, muito menos ação do *laissez-faire*, mas sim uma ação coordenada pela constituição do Estado de Bem-Estar Social.

Nogueira (2001) destaca, a partir de diversas vertentes, dois conjuntos de visões, econômicas e políticas, que explicam a constituição (e legitimidade) desta entidade.

Economicamente explica-se e legitima-se o Estado de Bem-Estar Social pelo excedente financeiro gerado pelo crescimento econômico e demográfico permite a existência desta forma de organização; interação e coesão do tecido social; a necessidade de minimizar os riscos associados à produção e reprodução da força de trabalho através da expansão da rede de proteção pública; a própria dinâmica das crises cíclicas do capitalismo e a necessidade de legitimar a acumulação equilibrando a acumulação e a harmonia social.

Politicamente explica-se e legitima-se pela construção das noções de cidadania e produção social em conjunto com a igualdade jurídica dos indivíduos; a produção de segurança e redução de incertezas; a solidariedade social transferindo a responsabilidade individual em coletiva.

Uma vez que entende-se as condições necessárias ao surgimento e os motivos que legitimam a existência do Estado de Bem-Estar Social resta saber o que o define e caracteriza.

Esping-Andersen (1991) o define como aquele Estado que envolve, em suas responsabilidades, a garantia do bem-estar básico de seus cidadãos. Contudo dois problemas surgem: primeiro a definição orbita em torno da noção dos gastos⁵ da administração pública e, segundo, da noção de “básico”. Conceitualmente os problemas são abordados através das

⁵ Esping-Andersen (1991) argumenta que o *welfare state* austríaco, por exemplo, direciona diversos gastos ao funcionalismo público “privilegiado”, outros países a programas assistencialistas aos mais pobres ou a benefícios fiscais direcionados à previdência privada da classe média.

noções de desmercadorização, isto é, o grau emancipatório gerado pelo Estado entre indivíduo e mercado e a estratificação promovida pela abrangência dos programas sociais.

Através destas variáveis o autor foi capaz de qualificar três tipos de *welfare state*.

O liberal, cuja ação estatal depende do esgotamento das forças típicas (famílias e mercados) geralmente com programas assistencialistas focalizados nas camadas mais pobres e planos de previdência modestos direcionados às classes de menor renda;

O conservador com ações corporativistas seguindo o princípio de subsidiariedade uma vez exaurida a capacidade familiar de lidar com os problemas cuja extensão do programa social limita-se à grupos marginais e meritórios preservando a estratificação de classes.

O social-democrata de caráter universalista na abrangência dos programas sociais assegurando a satisfação e bem-estar (e não o mínimo necessário) com foco (e dependência) nas políticas de pleno-emprego de modo a maximizar os rendimentos que sustentam a própria estrutura do Estado.

Uma vez compreendido o que justifica a existência, o que é, o que caracteriza e, ainda, os tipos de Estado de Bem-Estar Social, pode-se questionar, afinal, como esta dinâmica, Estado-economia efetivamente funciona?

Ainda Medeiros (2001) disserta sobre o Estado de Bem-Estar Social como a mobilização do aparelho estatal em vista do bem-estar da população, através da ação de políticas sociais contracíclicas, de caráter *keynesiano*, via impulso de demanda, com aumento da capacidade de consumo das famílias, ampliação dos gastos do governo (habitação, transporte, etc) e do investimento privado ao “socializarem os custos referentes aos riscos do emprego industrial e à reprodução da força de trabalho, liberam reservas de capital privado para investimentos e garantem uma reserva de mão-de-obra em diversos níveis de qualificação.” (MEDEIROS, 2001, p. 9).

O autor ainda destaca a maior intervenção do Estado na barganha entre trabalhadores, e capitalistas, a garantia da hegemonia do assalariado como meio de subsistência e a presença dos “compromissos *keynesianos*”, ou seja, a legitimação da propriedade privada dos meios de produção em troca da maior presença de “instituições políticas” capazes de aumentar a representatividade dos trabalhadores na economia.

Para exemplificar o funcionamento do Estado de Bem-Estar Social dos 30 gloriosos podemos adotar a descrição de Quintas e Ianoni (2021) sobre o caso do modelo Sueco nos moldes da social-democracia descritos por Esping-Andersen (1991).

“O aspecto central do estado desenvolvimentista Sueco era a execução do Plano Rehn-Meidner, vinculado a uma série de políticas complementares de natureza tributária, fiscal, de crédito e de investimento público em segmentos industriais selecionados. A coordenação da economia e política social do país eram parte de uma estratégia nacional de desenvolvimento apoiada por uma coalizão sociopolítica e político-institucional entre agentes chave no processo de desenvolvimento: por um lado, industriais, trabalhadores e fazendeiros e, por outro lado, representantes eleitos e burocratas. Por esses motivos, há uma coordenação específica e articulada de políticas econômicas e sociais, cujo objetivo é garantir o pleno emprego, a estabilidade macroeconômica e a redução das desigualdades sociais, em um ambiente de crescente complexidade da produção industrial”. (QUINTAS, IANONI, 2021, p. 4-5, tradução nossa)

Como dito anteriormente, os anos dourados do pós-guerra foram marcados pelo crescimento econômico em concomitância com a redução da desigualdade de renda nos países desenvolvidos. Este fenômeno aconteceu mediante a presença de arranjos de governo definidos como Estados de Bem-Estar Social, o caso sueco e a explicação de Medeiros (2001) são capazes de exemplificar esta dinâmica. Contudo resta questionar, como esta dinâmica afetou a distribuição de renda e riqueza?

Atkinson (2015) destaca o papel desempenhado pelo Estado de Bem-Estar Social na redução da desigualdade de renda através das transferências governamentais para aposentadoria e expansão da rede de seguridade social. O autor ainda aponta outros fatores que colaboraram com este fenômeno: a expansão da participação dos salários na renda nacional, a redução da assimetria entre ganhos do trabalho e capital, em parte devido à tributação progressiva e o aumento das alíquotas máximas, o papel dos sindicatos (poderia-se argumentar-se, também, os compromissos *keynesianos*) e a implementação de políticas de salários mínimos.

Como argumenta Grusky (2011) as mudanças na orientação acerca de como a desigualdade - ao que nos interessa, de renda - é tratada, devem ser entendidas como parte de uma profunda alteração na sensibilidade do pós-guerra. Enquanto na primeira metade do século XX a desigualdade de renda era tratada como um problema relevante, porém, conforme argumenta o autor, sobreposta por diversas “lógicas da história” que operam de modo a reduzi-la, na segunda metade passou a ser tratada como um “efeito colateral do capitalismo [...] tornando-se gerenciável de modo que [a economia] transitaria para formas cada vez mais industrializadas e afluentes” (GRUSKY, 2011, p. 2, tradução nossa)

Um dos exemplos mais memoráveis e que, em boa medida, sintetiza este pensamento, são as ideias de Kuznets (1955), cristalizadas na representação do “U” invertido.

Ao pensar no crescimento econômico dos países, levando-se em conta a demografia, liberdade econômica e transformação dos meios de produção (industrialização), o autor indica que, a partir da acumulação concentrada de riqueza das camadas mais ricas na fase de economia predominantemente agrícola, seria o estoque de capital necessário à transição para uma economia industrial, com aumento da concentração de renda, uma transitória estabilização na distribuição e, eventualmente, a migração para uma economia pautada em serviços com redução da desigualdade de renda. (KUZNETS, 1955)

Apesar de, ao final do artigo, o autor demonstrar as limitações de sua exposição "eu estou completamente ciente do baixo volume de informação confiável presente. Este artigo é, talvez, cinco por cento informações empíricas e noventa e cinco por cento especulação, parte dela, possivelmente, enviesado pelo otimismo" (KUZNETS, 1955, p. 26, tradução nossa), ainda sim, em boa medida, suas idéias difundiram-se na política e na academia. (SOUZA, 2018)

As ideias derivadas do pensamento de Kuznets fazem parte das chamadas "narrativas benignas". Como o próprio Kuznets apontou em sua ponderação, boa parte do pensamento especulativo de suas ideias estaria "contagiado" com um forte otimismo acerca da trajetória da economia e da distribuição de renda e riqueza. As narrativas do pós-guerra derivadas de suas ideias descrevem um mundo "onde as desigualdades são menos profundas, oportunidades são mais bem distribuídas, e conflitos de classes e diferenças interclasses são atenuadas." (GRUSKY, 2011, p. 6)

Como argumenta Grusky (2011) as narrativas são benignas no sentido que direcionam-nos a um equilíbrio "atraente" construídas de acordo com a "feliz correspondência entre o que deveria ser e o que será" (GRUSKY, 2011, p. 6)

Portanto a desigualdade de renda seria transitória e resíduo do crescimento econômico e, no contexto da Guerra Fria, foram "exportadas" aos países subdesenvolvidos, na argumentação de Kuznets (1955) a ausência ou baixa representatividade de camadas intermediárias de renda, seria um dos principais fatores da continuidade da desigualdade de renda nos estratos baixos e altos da pirâmide social.

2.2.2 A transição para o Neoliberalismo e a ascensão da meritocracia

Os níveis de desigualdade de renda apresentam queda e subsequente estabilidade nos países desenvolvidos, a questão distributiva é dada como superada sendo relegada como

problema dos países em desenvolvimento. Por mais que a queda seja atraente à análise é a estabilização que devemos nos atentar.

Os níveis estáveis e moderados de desigualdade de renda são interpretados como resíduo do crescimento econômico, nesta lógica seria natural pensar que, durante o processo de crescimento econômico, haveriam aqueles que ficariam para trás e aqueles que cruzaram a linha de chegada, em grande medida determinada por cada sociedade e, globalmente, pelos países desenvolvidos. A alegoria da corrida pelo desenvolvimento e crescimento econômico, com perdedores e vencedores, ilustra o embate entre a igualdade de oportunidade e resultado que, em última análise, explica ou, ao menos, busca justificar, a desigualdade de renda resultante.

Grusky (2011) argumenta que as narrativas benignas são expressas em três discursos, um destes sendo sobre a igualdade de oportunidades. O autor discorre acerca de quatro “sub narrativas” que compõem o discurso sobre igualdade de oportunidade sendo estes o (1) mercadológico utilizando o argumento de Becker⁶, (2) econômico/organizacional a burocratização das contratações e salários e o estabelecimento de procedimentos para promoção, (3) político com enfoque direto sobre a equalização de oportunidades com políticas, por exemplo, educacionais, (4) cultural assumindo que os ideais de justiça e igualdade do ocidente são contínuos e endógenos.

Sobre este tema Atkinson (2015) argumenta que a igualdade de oportunidade importa tanto quanto a de resultados. Primeiro devido às incertezas, é plenamente possível que, algumas pessoas deem “azar”, e obtenham resultados negativos (pensados em termos de renda) durante a vida. Segundo pela presença do que o autor denomina “igualdade de oportunidade competitiva” em que todos os participantes da sociedade tem apenas a oportunidade de participar “da corrida” mas que os prêmios são desiguais e socialmente determinados. Terceiro porque possui efeito intergeracional, dois indivíduos partindo de oportunidades absolutamente iguais podem atingir resultados diferentes criando, para a próxima geração, oportunidades desiguais. Neste sentido, poderia-se argumentar que a equalização de oportunidades é, em última instância, um ajuste *ex-post* da desigualdade de resultados. Neste terceiro ponto Milanovic (2016) também argumenta a presença da forte correlação entre desigualdade intergeracional e desigualdade de renda.

⁶ As firmas tendem a ser não-discriminatórias devido ao elevado prêmio para manterem-se discriminatórias perdendo eficiência, portanto, igualizar as oportunidades, Becker (apud GRUSKY, 2011)

Sendo agora entendida como um resíduo do crescimento econômico, um nível moderado de desigualdade passa a ser pré-condição de um sistema cujas oportunidades estão, ao menos em teoria e no discurso, equalizadas. As desigualdades de resultado passam a ser não apenas toleradas, como justificadas e legítimas. (GRUSKY, 2011)

Essa conjectura passa a ser a pré-condição de um sistema meritocrático cujas igualdades de oportunidade sobressaem as igualdades de resultado.

As diferenças de renda são, portanto, justificadas como sendo frutos das diferenças das dotações/talentos (uma vez que as oportunidades são teoricamente iguais) e a ambição dos agentes econômicos, seu mérito e, em menor grau, a sorte, geram retornos “proporcionais”, segundo Friedman (2002 apud Souza, 2018) “A eficiência [...] dependia da função alocativa cumprida pelo princípio da remuneração de acordo com o produto [marginal gerado por cada indivíduo], o que, por definição, atribuía a desigualdade caráter instrumental”.

Qualquer desvio desta lógica poderia alterar os incentivos dos agentes e incorrer em ineficiência alocativa dos fatores acarretando distorções. A estratificação social dicotômica foi tida como superada e as concepções triádicas - classes alta, média e baixa - ganharam proeminência no discurso, esta interpretação “benigna” atribui a diferença de classes não à identidades ideológicas (como trabalhadores e capitalistas) mas sim, a renda e, portanto, mérito e esforço. (SOUZA, 2018)

Esses fatores fazem parte da retórica e da lógica meritocrática. Uma vez que o crescimento econômico é encarregado de resolver a questão distributiva, os mais ricos passam isentos e o surgimento da classe média age como factual confirmatório, com uma classe intermediária que ascende por meio do trabalho, através do desenvolvimento dos programas de educação, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho no caso dos Estados Unidos. (ATKINSON, 2015)

Em um sistema que a meritocracia impera, os "vencedores" do sistema meritocrático são exaltados e os “perdedores” humilhados e deixados para trás (SANDEL, 2021).

Os eventos das décadas de 1950 e 1960 criaram nova inflexão na compreensão do entendimento histórico acerca da desigualdade de renda. O mundo que vivia sob o constante medo da destruição mútua passou por diversas crises e convulsões no tecido social. Como resume Souza:

“O mundo ocidental foi chacoalhado por duas crises em Berlim (bloqueio soviético em 1948 e a construção do muro em 1961), duas grandes revoluções comunistas (China, em 1949, e Cuba, em 1953-1959), a Guerra da Coreia (1950-1953), a Revolução Egípcia (1952) e a crise de Suez (1956), a guerra de

independência da Argélia contra a França (1954-1962), a tentativa fracassada de invasão americana e a crise do mísseis em Cuba (em 1961-1962), o início da prolongada Guerra do Vietnã (1955-1975) [...] Kennedy foi assassinado em 1963, o Movimento pela Liberdade de Expressão [1964-1965] [...] o Movimento dos Direitos Civis [...] a queda de Krushev, em 1964 [...] o fim da Quarta República em 1958 [França], e as potências, incluindo as não europeias, perderam suas colônias. No limite o mundo quase acabou.” (SOUZA, 2018, p. 91-92)

Além das pressões sociais, as pressões econômicas também exerciam seu peso sobre as mudanças de paradigmas como “[...] choque do petróleo de 1973, do fracasso dos controles de preços instituídos por Nixon e da estagflação” (SOUZA, 2018, p. 101). A partir deste ponto não apenas o próprio medo da radicalização e das mudanças de paradigmas consequentes das convulsões sociais, como o próprio Estado de Bem-Estar Social passa a ser questionado.

As narrativas benignas não se provam suficientes frente às novas mudanças e os governos não se apresentam mais como uma boa alternativa frente a gestão das crises. Sintetizadas pela figura do Estado, as ações governamentais, de maneira geral, são vistas como fontes de distorção para a atividade econômica, seja pela ineficiência alocativa dos fatores, seja pelo aparelhamento do governo por grupos de interesse. As políticas *keynesianas* são deixadas de lado frente ao ímpeto monetarista e surge assim o *trade-off* entre eficiência e igualdade (SOUZA, 2018).

O indivíduo passa a ganhar primazia frente às noções mais coletivistas, os mercados, se apresentarem como o melhor agente alocativo da atividade produtiva “as virtudes do mercado eram opostas às muitas falhas do governo” (SOUZA, 2016, p. 101). Principalmente, as noções de liberdade, igualdade e crescimento econômico passam a ser consideradas incompatíveis entre si nesses autores.

2.3 A VIRADA DA DESIGUALDADE

A década de 1980 gerou um revés nas ideias igualitárias e, consequentemente, sobre a desigualdade. As narrativas benignas foram derrotadas, centralmente, pela ausência de respostas satisfatórias frente aos desafios enfrentados. Atkinson (2015) aponta que, dentre outros determinantes, o desemprego foi fator crucial para a reversão ou encerramento do ciclo mais igualitário “O desemprego, e a concomitante precariedade de trabalho, é em si fonte de desigualdade.” (ATKINSON, 2015, p. 113).

As idéias neoclássicas, por outro lado, propuseram respostas suficientemente convincentes, na seara das proposições de política, dentre as quais, alegavam que o avanço do Estado de Bem-Estar Social foi demasiado, dando espaço ao termo até hoje alcunhado de “Estado inchado”, gerando distorções nos “incentivos” da iniciativa individual de caráter privado, atribuídas principalmente à tributação progressiva. Concomitantemente, os mecanismos *keynesianos* que operam centralmente pela ótica da demanda foram postos de lado frente à economia pelo lado da oferta. Estes dois entendimentos passam a dar primazia à esfera de produção como propulsor da atividade econômica (*Supply Side Economics*).

Uma vez que indivíduos e produção estão no centro do debate resta argumentar o que provocaria as diferenças de renda e riqueza e, portanto, a desigualdade. Assim, a teoria neoclássica atribui, centralmente, o papel da educação como critério estratificador. Seria, sobretudo, o “retorno sobre o investimento”, ou ainda, o valor presente descontada a taxa de juros correntes, na educação individual ou entre grupos educacionais que determinaria, através de salários, Atkinson (2015) argumenta que além da qualificação técnica, outros determinantes salariais são observados, como, por exemplo, a elasticidade de substituição entre trabalhadores qualificados e não qualificados que, por sua vez, geraram prêmios em relação à produtividade marginal de cada trabalhador.

A educação uma vez que teria capacidade de fornecer ou “aflorar” dotações (talentos) que seriam usados no mercado de trabalho resultam em diferentes cargos e, portanto, remunerações. Souza (2018, p. 131) observa que essas capacidades, que são, sobretudo, exogenamente determinadas nesses modelos, constituem “noções fantasmagóricas mais assumidas do que exploradas”.

Atkinson (2015) aponta que a abordagem baseada em talentos é, posteriormente, transmutada na visão baseada em escolhas tecnológicas abordando o progresso técnico, técnicas de produção e atividades realizadas pelos diferentes postos de trabalho. Por serem escolhas de longo prazo, uma vez que geram impactos intergeracionais demandam planejamento e decisão de órgãos de pesquisa, governos, empresas e consumidores.

À luz dessa nova interpretação, fica a critério de “talentos especiais” revelados pelos mercados a determinação do nível de renda. Neste cenário, para além da aparente estabilização dos indicadores, a desigualdade é retratada não como um resíduo, como seguia em Kuznets (1955), mas como um ônus ao crescimento, sendo imperativo um *trade-off* entre crescimento e redistribuição.

A ideia, de fato, está mais vinculada às ideias do próprio Kuznets (1955), que preconizava que a poupança concentrada pelas camadas mais ricas do estrato de renda das economias agrárias como pré-condição para a transição para uma economia industrializada que, posteriormente, passaria a melhorar a distribuição de renda (noção do “U” invertido) (KUZNETS, 1955).

2.4 A VOLTA DA DESIGUALDADE

Em tempos recentes foi verificado o aumento da desigualdade de renda entre os países desenvolvidos⁷ como verificado nas discussões trazidas por Piketty (2014).

Um reflexo adequado deste fenômeno são as questões propostas no debate acadêmico por Piketty (2014), Atkinson (2015), Milanovic (2016), entre outros, que deram novos contornos à questão distributiva, primeiramente ao observar a crescente desigualdade de renda e riqueza nos países desenvolvidos. Segundo, especialmente no caso de Atkinson (2015) e Piketty (2015), por utilizarem nova metodologia pautada em dados tributários, que melhor captam os níveis de concentração de renda subestimados pelas pesquisas domiciliares, passando a enxergar agora, com maior nitidez, a concentração no topo da pirâmide.

De acordo com Souza (2018) o entendimento contemporâneo sobre a desigualdade de renda possui dois prismas centrais. Primeiro através dos mecanismos de mercado. Não apenas reiterando a não-ruptura neoclássica como herdando os debates de traços meritocráticos com forte peso na educação, centrada nas dotações (intelectuais, profissionais, de capital humano) obtidas através do ensino. Mais que a formação educacional em si, esta linha de debate passa a atribuir os deslocamentos dentro do mercado de trabalho ao peso dos diplomas, a ideia de “qualificação”, dentro da remuneração do trabalho (renda do trabalho).

Sobre este tema Milanovic (2016) aponta que a ideia é centrada na bonificação em função da maior demanda por trabalhadores altamente qualificados e especializados cuja produtividade é elevada em função das mudanças tecnológicas tornando sua oferta escassa,

⁷ O ganhador do Oscar 2020 de melhor filme, *Parasita*, retrata a realidade contrastante entre a abastada família Park vivendo em uma espaçosa casa de luxo e a família Ki-Taek vivendo em condições precárias em uma banheira, pequenos apartamentos semi subterrâneos de condições precárias (BBC, 2020). O mais notável, contudo, é que o filme se passa em Seul, capital da Coreia do Sul, economia desenvolvida contando com o 10º maior PIB do planeta na ordem de USD 1,8 trilhões (WORLD BANK, 2022). O destaque de *Parasita* no Oscar retrata a volta da desigualdade extrema de renda, mesmo em países de renda per capita elevada, e o contraste entre ricos e pobres para o debate público.

enquanto os menos qualificados sofrem com a deterioração dos termos de troca do trabalho, sendo deslocados a trabalhos precarizados. Ainda, o excesso de oferta deste tipo de trabalho contribuiria para a estabilização do cenário. Assim o mercado como mecanismo alocativo que visa maior eficiência prioriza aqueles com maior contribuição marginal ao produto da firma. Ainda neste sentido o autor indica que não há nenhum impedimento estrutural ao aumento da oferta de mão de obra qualificada.

O segundo ponto é através das instituições que possuem falhas estruturais promovendo a perpetuação das desigualdades de renda e riqueza. Este prisma possui maior amplitude, começando pela estrutura tributária regressiva, que atua como mecanismo de concentração de renda pela assimetria arrecadatória sobre aquisição de bens e serviços, em detrimento de renda e patrimônio. Isso ocorre porque a participação relativa de bens-salários é menor sobre os maiores rendimentos que são alocados, uma vez satisfeitas as necessidades de consumo, em ativos reais e/ou, principalmente, financeiros.

As classes *smithianas*⁸ com o *rent-seeking*⁹ dos grandes proprietários de terras, os rendimentos do capital dos capitalistas e o salário dos trabalhadores, em suma, o problema da determinação destes ganhos, agora não é bem delimitadas, os ganhos auferidos entre propriedade, capital e trabalho passam a se misturar e a serem reinterpretados e protagonizados por profissionais de altos salários como “[...] gestores muito bem pagos, *web designers*, médicos, consultores financeiros e outros profissionais de elite. [...] também possuem importantes ativos financeiros e extraem deles uma parcela significativa de sua renda” (MILANOVIC, 2016, p.28).

Ainda neste sentido Milanovic (2016) aponta a diferença na composição dos portfólios das diferentes classes, com a classe média marcada pela forte presença de imóveis, dívida e fundos de pensão (que investem em capital como o mercado de ações) na constituição da riqueza da classe média americana - como mais um exemplo da turva divisão entre as classes *smithianas* e os rendimentos ricardianos. Já os ricos, além dos altos salários em função da qualificação e especialização, possuem ativos de maior volatilidade (risco), sejam financeiros como títulos privados, sejam produtivos como empreendimentos, acarretando maiores retornos que, em um horizonte suficientemente longo, compensam o risco corrido. Outro fator

⁸ “[...] as três diferentes classes de Smith correspondem a, trabalhadores, mercadores e fabricantes, e donos de terra ou nobreza rural [...]” (RAEKSTAD, p. 14, 2011, tradução nossa)

⁹ Conforme exposto por Tollison (2004) *rent seeking* é o custo socializado da busca por transferência de riqueza” (TOLLISON, p. 459, 2004, tradução nossa)

fundamental é a menor tributação elevando a valoração de seus portfólios e a presença de consultores financeiros que potencializam a maximização dos ganhos.

Ainda, há a hipótese, como discutida em Medeiros (2005), de que a elite financeira e política se intersectam, perpetuando a estrutura que sustenta os privilégios e cria assimetrias através da captura dos interesses públicos pelos privados¹⁰.

Também sobre essa questão, Sandel (2021), chama atenção, no caso dos EUA, para os mecanismos de acesso às universidades¹¹ de elite norte-americanas através das grandes doações, bem como da formação escolar elitizada que propicia menos obstáculos nos processos seletivos. Se educação é concebida como um processo transformador, a elitização do acesso, como argumenta Sandel, quebra essa lógica. A elitização do acesso indica o papel das grandes fortunas e privilégios de origem na determinação das novas elites acadêmicas, profissionais e políticas, perpetuando a formação de uma plutocracia (também discutida em Milanovic, 2016). Sandel também aponta como a corrida às universidades é reflexo do imperativo meritocrático e da ideia de educação como um retorno sobre o investimento na forma de salários e determinante no aprofundamento da desigualdade de renda entre diplomados e não-diplomados.

Logo as desigualdades não são mais, como nas narrativas benignas, resíduos do crescimento econômico ou um *trade-off* com a eficiência. Na realidade, os níveis de tolerância dos anos 1970 foram amplamente ultrapassados, com os níveis observados de desigualdades, na atualidade, não tratando-se apenas da consequência do crescimento e desenvolvimento econômico. A volta da desigualdade sinaliza que mais que um subproduto, ela agora integra a própria estrutura econômica.

¹⁰ O levantamento foi feito através das ocupações declaradas pelos políticos brasileiros cruzadas com os dados de ganho por categoria profissional pela PNAD.

¹¹ Com foco na Ivy League, composta pelas 8 melhores universidades privadas dos Estados Unidos sendo elas: Brown, Columbia, Cornell, Dartmouth, Harvard, Pensilvânia, Yale e Princeton. Disponível em: <https://ivyleague.com/>

3 DESIGUALDADE BRASILEIRA

O período analisado no presente trabalho vai de 2015 a 2020, situando numa década em que o país enfrentou crises complexas, e culminaram com uma pandemia mundial em meio a um governo de perfil neoliberal no poder. Durante este período diversos eventos de ordem política e econômica ocorreram na sociedade brasileira. A segunda metade da segunda década do milênio é marcada pela forte recessão econômica em contraste com o período de crescimento econômico da primeira década.

Entre os anos de 2015 e 2020 o Brasil passou por diversos choques, tanto de ordem política quanto econômica. A Nova Matriz Econômica¹², a recessão dos anos 2015 e 2016 com a perda acumulada de 6% do PIB, o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, a reforma trabalhista de Michel Temer, o escândalo político envolvendo os irmãos Batista, a ascensão da extrema-direita sob o governo Bolsonaro, a reforma da previdência e, por fim, a pandemia da COVID-19 são eventos que tiveram vários impactos e desdobramentos sobre a sociedade brasileira, incluindo questões relativas ao problema da desigualdade social no país. Todos esses eventos modificam, em algum aspecto, a estrutura da sociedade brasileira, seja alterando a curva de juros de curto prazo ou modificando as relações de trabalho, seja aumentando o grau de polarização política.

3.1 A CRISE DE 2015 A 2017

Conforme aponta Barbosa (2017) a crise do período (de fato, iniciada em 2014), parte da adoção da NME. O autor parte da análise de dois choques, do lado da oferta, impactando sobre a alocação do investimento em setores “pouco produtivos”, através das medidas parafiscais do BNDES com a adoção dos “campeões nacionais” e “setores estratégicos” como petroquímica (Petrobrás) e automotiva.

Em termos de demanda, o autor subdivide o choque em três grupos. O esgotamento da NME, a crise fiscal e a contração monetária buscando retomar a credibilidade do BACEN. O esgotamento da NME se deu em função da insustentabilidade do controle dos preços pela via tarifária e frustração dos planos de investimento resultando na queda da produtividade

¹² “ [...] políticas de forte intervenção governamental na economia que combinaram política monetária com a redução da taxa de juros e política fiscal com dirigismo no investimento, elevação de gastos, concessões de subsídios e intervenção em preços.” (BARBOSA, p. 52, 2017)

total dos fatores (PTF). As intervenções fiscais, por sua vez, deterioraram as contas públicas sob a ótica do tripé econômico (presença de déficit primário). O controle dos preços, uma vez que revertido, gerou um choque negativo pressionando os preços e forçando a contração duradoura do BACEN em função da perda de credibilidade. (BARBOSA, 2017)

3.2 OS ANOS 2018 A 2019

Os governos Temer (2º Semestre de 2016/2017) e Bolsonaro (2019-2022) são marcados, conforme Oreiro e De Paula (2019), pela ortodoxia-liberal da política econômica seguindo dois princípios: a contração fiscal e a expansão da iniciativa privada na produção.

Um exemplo apresentado pelos autores é a presença do ajuste fiscal através da PEC 55 (Teto de Gastos) e continuidade da “terapia de choque” com a “desindexação das despesas orçamentárias: fim da correção automática anual do salário mínimo e benefícios previdenciários pela inflação e eliminação das obrigações orçamentárias (saúde e educação)” (OREIRO; DE PAULA, p. 23, 2019)

. As reformas econômicas por sua vez consistem na tentativa de “destravar” o potencial de crescimento do país, como a reforma trabalhista e a reforma previdenciária. A reforma tributária trazia “contribuição sindical opcional; mudanças nas regras de demissão, descanso e férias; permite jornada de trabalho até 12 horas; cria modalidade de contratação a termo, trabalho intermitente, etc.” (OREIRO; DE PAULA, p. 23,2019)

Enquanto a reforma da previdência “mudança na idade mínima – 62 anos para mulheres e 65 anos para homens -, nas regras de pensão para viúva e filhos, etc” (OREIRO; DE PAULA, p. 23, 2019)

Conforme os autores, este arcabouço visava reduzir a participação Estatal em função do aumento “automático” da participação privada, a crise é vista como um problema moral em função da expansão fiscal e a recessão é um “mal necessário”. (OREIRO; DE PAULA, 2019)

3.3 A PANDEMIA

No final de 2019, na República Popular da China, província de Wuhan, na cidade de Hubei, diversos casos relacionados a complicações respiratórias de causa desconhecida foram reportados. Em 31 de dezembro de 2019 a Organização Mundial da Saúde (OMS)

recebe os primeiros alertas. No dia 7 de janeiro de 2020 a China identifica nova cepa da família viral coronavírus (em alusão ao formato de coroa). Já em 30 de janeiro a OMS declara surto do novo vírus SARS-CoV-2, chamado a partir de então de COVID-19. Mais tarde, em 11 de março de 2020, a COVID-19 é declarada como pandemia. (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE, 2020).

A pandemia logo se alastrava por todo o planeta, fazendo vítimas fatais, e despertando temores a respeito de seu alcance, letalidade, além dos desdobramentos econômicos que uma pandemia poderia ocasionar sobre os países.

3.3.1 Os Choques Econômicos

A pandemia acarretou diversos choques econômicos no Brasil e no mundo, associados às incertezas quanto aos efeitos da doença e a duração da pandemia. Possuindo ainda caráter singular, relativo a crises passadas (como a Gripe Espanhola, do primeiro quarto do século XX), não se tinha a dimensão do que uma pandemia poderia causar numa economia integrada e globalizada, como a atual. Uma pandemia dessa magnitude atinge a economia “real” na esfera produtiva, possuindo efeito secundário (e subsequente) nos mercados financeiros e de crédito. (MELLO *et al*, 2020)

O primeiro choque, de caráter exógeno, está associado à quebra das cadeias globais de valor, uma vez que, em prol de maior especialização e eficiência, as economias aumentam seu grau de interdependência e, conseqüentemente, sua vulnerabilidade. Assim, o arrefecimento da economia chinesa e, mais tarde, da Europa e EUA, impactam a pauta de exportações, devido às restrições sanitárias e medidas de proteção sanitária, deteriorando os termos de troca de curto prazo refletida no preço de *commodities* e ativos financeiros. (MELLO *et al*, 2020; MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020)

A transmissão da COVID-19 pelas vias respiratórias criou enorme dificuldade relacionada à contenção da circulação do vírus. Deste modo as primeiras medidas a serem tomadas foram a “quarentena” de pessoas sintomáticas (14 dias de isolamento, mas em algumas situações, 21 dias, em face da ausência de protocolos mais bem definidos no início da pandemia), distanciamento social com uso de máscara e o *lockdown* suspendendo todas as atividades não essenciais, com restrição a circulação de pessoas. Essas medidas visavam evitar a sobrecarga e eventual colapso do sistema de saúde. (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2020). É importante ressaltar que a adoção dessas medidas, no Brasil, foi muito

desigual e prejudicada por ações e discursos negacionistas por parte até mesmo de autoridades públicas.

Tais medidas levaram ao segundo choque, de caráter endógeno. As restrições provocaram choque de demanda sobre o consumo das famílias. A redução está vinculada à restrição de circulação (barreira física), perda de renda devido ao desemprego (perda de capacidade de consumo) e retenção de gastos frente às incertezas¹³. Uma vez reduzido o consumo, os investimentos são postergados ou suspensos e a preocupação passou a girar em torno da solvência das empresas, principalmente as de pequena e médio porte que não possuíam caixa ou capital de giro para sustentar suas atividades, devido a contração do crédito privado dos bancos comerciais e o "potencial efeito dominó sobre a cadeia de credores" (ORAIR, 2021, p. 571).

Em termos dos rendimentos das famílias e seu impacto sobre o consumo, Pero, Carusi e Fontes (2020) destacam a assimetria na estrutura do mercado de trabalho brasileiro e seus efeitos sobre a renda domiciliar. Sendo a maior parte do mercado de trabalho brasileiro informal (50%) e pouco flexível, a queda no rendimento familiar ocorreu principalmente nas famílias de baixa renda que dependem dos ganhos (PERO; CARUSI; FONTES, 2020)

“[do] dia a dia, muitas vezes, exercendo atividades nas ruas [...] Além disso, grande parte dos empregados formais são trabalhadores de baixa ou média escolaridade em serviços domiciliares, no setor de alojamento e alimentação, sem possibilidade de fazer trabalho remoto e, por conseguinte, manter a renda” (PERO; CARUSI; FONTES, 2020)

Em seguida houve choque pelo lado da oferta devido ao congelamento da atividade produtiva, somado às falências. Esses impactos levaram à demissão, congelamento de contratações ou, ainda, redução da jornada de trabalho mediante acordos, impactando, negativamente, o nível de emprego, renda e produto da economia. (ORAIR, 2021; MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020)

O período subsequente esteve associado ao estrangulamento das contas públicas. O arrefecimento da atividade econômica acarretou queda nas arrecadações federais, estaduais e municipais, as duas últimas dependentes de impostos indiretos sobre consumo de bens e serviços. A queda na arrecadação em meio a necessidade de expansão dos gastos elevou ainda mais a dívida pública. (MELLO *et al*, 2020)

¹³ “A hipótese da não neutralidade da moeda em Keynes implica que a moeda pode ser retida indefinidamente se a incerteza sobre acontecimentos futuros, captados pelo atributo do prêmio de liquidez, for muito forte.” (FEIJÓ; ARAÚJO; BRESSER-PEREIRA, 2022, p. 155)

Em meio a este contexto o Governo Federal foi forçado¹⁴, frente a calamidade social que se instaurava, a fornecer estímulos fiscais reforçando a malha de assistência social para mitigar os efeitos assimétricos da pandemia. (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020)

Conforme Orair (2021) as principais alterações estão vinculadas à quebra do arcabouço fiscal através de atuação anticíclica utilizando brechas e alterações no escopo legislativo para a formação do “orçamento de guerra”, na ordem de R\$ 600 bilhões de reais¹⁵. A maior parte das despesas dedicadas ao combate à pandemia (R\$ 524 bilhões) foi direcionado ao suporte a renda das famílias, contando com R\$ 327 bilhões (62,4%), além de auxílio aos governos regionais (14,9%), suporte à liquidez e crédito das firmas (13,9%) e emergência à saúde pública (8,4%).

As ações do governo brasileiro estiveram em consonância com o resto do mundo, na seara das ações econômicas de mitigação da pandemia. Em termos de dispêndio relativo (em % do PIB), o Brasil foi o segundo maior dispêndio, entre os países em desenvolvimento (14% em relação ao PIB), com destaque para a cobertura e agilidade alcançada pelas medidas fiscais. (ORAIR, 2021)

Como aponta Mello *et al* (2020) os efeitos de política monetária são limitados, uma vez que a pandemia impacta a esfera produtiva (economia real) e a atuação da autoridade monetária não é capaz de reverter a crise mas sim adiar o “colapso” do mercado financeiro e de crédito. A atuação do Banco Central do Brasil (BCB) foi expansiva através da queda dos juros nominais chegando a 1,94% a.a em agosto de 2020 tendo juros reais negativos no ano de 2020 mediante a necessidade de impulsionar a atividade econômica, além das medidas de provisão de liquidez aos bancos comerciais com a redução do compulsório e compra de ativos. (FEIJÓ; ARAÚJO; BRESSER-PEREIRA, 2022)

3.3.2 O Auxílio Emergencial

A pandemia reacendeu o debate acerca da Renda Básica Cidadã¹⁶ (ou Universal) (RBC) amplamente defendida por Suplicy (2003). A ideia fundamental por trás dessa ideia é

¹⁴ A afirmação não é fortuita: de fato, a reação foi mais por pressão externa do que por decisão endógena dos gestores financeiros do país em 2020.

¹⁵ Os recursos foram direcionados principalmente a: “suplementação de recursos para emergência de saúde pública; de suporte de renda para as famílias; de suporte de liquidez e crédito para as empresas; e de auxílio financeiro para os governos estaduais e municipais.” (ORAIR, 2021, p. 565).

¹⁶ Para mais discussões veja: Parijs (2000), Suplicy (2003) e Arena (2021)

um rendimento mensal de caráter universal, cujos benefícios estariam vinculados, dentre outras coisas, a redução da pobreza, suporte aos desempregados e ampliar a teia de seguridade social.

Na discussão da renda básica é natural que conteste o grau de regressividade desse tipo de medida, uma vez que trata igualmente os desiguais. Nesse sentido Duque (2020) apresenta os pontos positivos e negativos do programa. Dentre os pontos negativos citados pelo autor estão a redução da oferta de trabalho¹⁷ e o menor impacto sobre a desigualdade de renda em relação aos programas focalizados. Os pontos positivos, por outro lado, são a redução da volatilidade dos rendimentos dos domicílios, sendo os domicílios mais pobres os mais beneficiados deste tipo de programa e a redução dos custos administrativos.

Conforme Duque (2020) todo programa social enfrenta o trilema: cobertura, valor médio transferido e custo. O Auxílio Emergencial (AE) difere das premissas da RBC a medida que possui elevado custo e valor médio a medida que não possui uma cobertura elevada (em relação à população total), sendo uma política focalizada e não condicional (os beneficiário apesar de atenderem critérios de recebimento não o têm condicionado ao cumprimento de determinadas obrigações).

De todas as medidas fiscais adotadas durante a pandemia, a de maior destaque foi a implementação do AE, atingindo a cifra de R\$ 293,1 bilhões de reais, representando 55,9% das despesas do governo de enfrentamento à pandemia em 2020¹⁸. O programa foi pautado em transferência de renda focalizada em desempregados (com base em determinados critérios) e trabalhadores informais de baixa renda, tendo alcançado 65,3 milhões de pessoas. Os pagamentos ocorreram em cinco parcelas de R\$ 600 e quatro complementares de R\$ 300, e no caso de mulheres chefe de família o valor era dobrado. (ORAIR, 2021)

Segundo Menezes-Filho, Komatsu e Rosa (2021) os beneficiários do AE podem ser subdivididos em dois grupos. O primeiro com base no Cadastro Único que agrega os beneficiários de programas sociais do governo. Para aqueles que fossem beneficiados pelo Programa Bolsa-Família (PBF) recebiam o AE caso fosse mais vantajoso recebê-lo enquanto o Auxílio estivesse em vigor.

Os não beneficiários do PBF deveriam atender a determinados critérios para recebimento do AE:

¹⁷ Duque (2020) ressalta que a alta informalidade do mercado de trabalho brasileiro torna este efeito de difícil mensuração.

¹⁸ No ano de 2021 o auxílio totalizou R\$ 71 bilhões e alcançou cerca de 39 bilhões de pessoas. (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021)

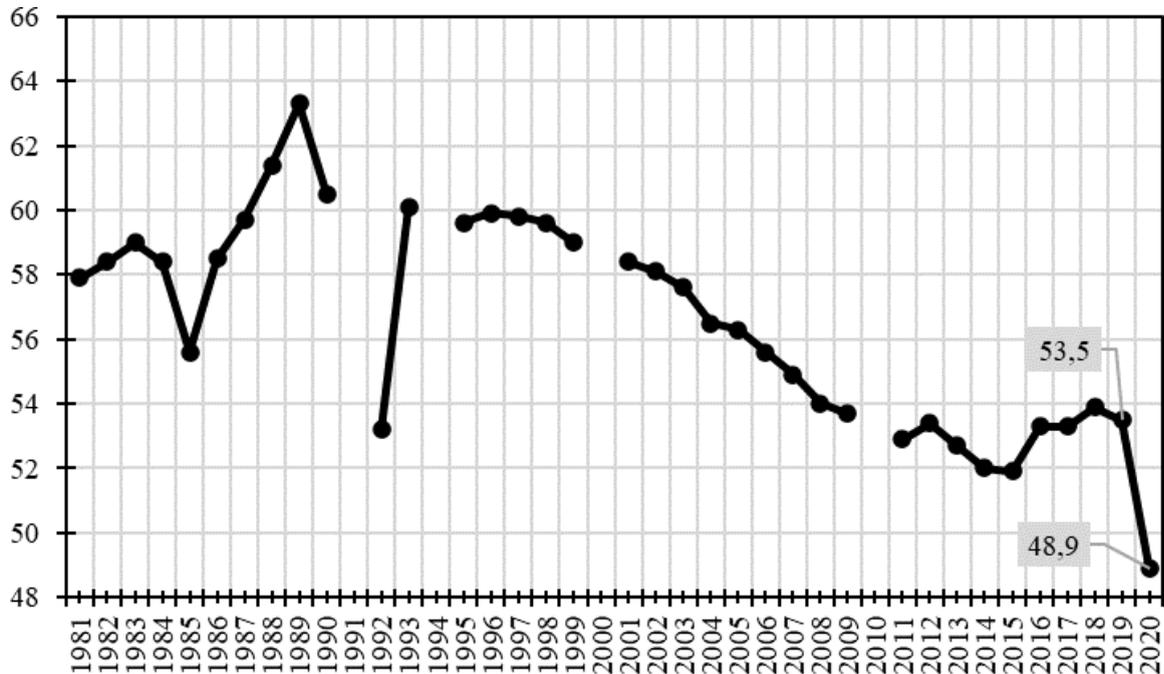
1. Ser maior de idade ou ser mãe com menos de 18 anos.
2. Não ter emprego formal
3. Não ser beneficiário de qualquer outro programa de transferência de renda do governo que não fosse o PBF
4. Renda familiar *per capita* de até meio salário-mínimo (SM), cerca de R\$ 522,50 para o ano de 2020
5. Não receber renda tributável anual acima de R\$ 28.559,70 (mínimo necessário à declaração do IRPF)
6. Desempregado ou trabalhando como Microempreendedor Individual (MEI) ou contribuir para previdência pública ou ser trabalhador individual do Cadastro Único

O segundo grupo atendia aos requisitos, contudo não estavam no Cadastro Único, e deveriam ser registrados pelo *site*, aplicativo da Caixa Econômica Federal (CEF) ou nas próprias agências da CEF.

O impacto dessas medidas, e sua abrangência, mostraram-se positivos em termos de redução da desigualdade, ainda que tenham sido de forma isolada e pontual. No ano de 2020 o Índice de Gini, indicador que mede a desigualdade de renda (quanto mais próximo de 1, maior o grau de concentração de renda), ficou abaixo do patamar de 0,5 pela primeira vez na série histórica conforme o gráfico 3.1.

Ainda Menezes-Filho, Komatsu e Rosa (2021) ao analisar dados do Índice de Gini através do método de decomposição avaliaram que o principal fator de redução da desigual foi o AE, contribuindo com 86.3% da variação, sendo 75.6% pelo efeito de composição (presença relativa do auxílio na composição da renda) e 10.7% pelo efeito de rendimento. Conforme observam os autores, “Como o Auxílio Emergencial foi, em grande medida, recebido pelas famílias mais pobres, um aumento de zero para uma proporção significativa da renda total contribuiu fortemente para a redução total da desigualdade” (MENEZES-FILHO, KOMATSU, ROSA, 2021, p. 21)

Gráfico 3.1 - Índice de Gini Brasil



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial

Contudo, conforme apontam Barbosa e Prates (2020) o AE não poderia modificar outras restrições que incidem principalmente sobre os mais pobres. Os autores ainda avaliam no estudo a microssimulação de incidência combinada no emprego, levando em conta a aplicação do AE, à época nomeado de Renda Básica Emergencial (RBE), nos valores de R\$ 300 e R\$ 600 e a MP nº 936/2020 que previa redução na jornada de trabalho. Os resultados indicam que, sobre a desigualdade, o RBE de R\$ 600 possui maior impacto, reduzindo o Gini em -0,09.

Nessa mesma linha, Monte (2020) estudou as relações entre o AE e a redução nas desigualdades através do índice de Gini e a razão entre a renda dos 95% mais pobres e dos 5% mais ricos. Os resultados apresentados indicam que o programa de transferência de renda focalizada diminuiu a desigualdade, em razão da renda média dos mais pobres crescendo acima da renda média nacional, isso é evidenciado ao analisar o Gini que caiu de 0,53 para 0,43 e a razão 95/5 reduz de 40 para 15

Ainda Ramos (2021) apresenta essa mesma relação através do Gini e do Índice Theil-Atkinson (que assume valores entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de 1 mais desigual). Utilizando os dados da PNAD a simulação avalia a queda do Gini em diferentes situações sendo de 0,53 para 0,52 com PBF, 0,51 com PBF + R\$ 300 e 0,5 com PBF + R\$

600. Já o índice de Theil-Atkinson varia, nas respectivas situações, para: 0.65, 0.60, 0.54 e 0.51.

Os estudos acima seguem a mesma linha apresentada por Barros, Henriques e Mendonça (2000) e Medeiros (2005), avaliam que a transferência de renda focalizada é a solução de curto prazo mais eficiente na redução da pobreza e, portanto, na desigualdade de renda.

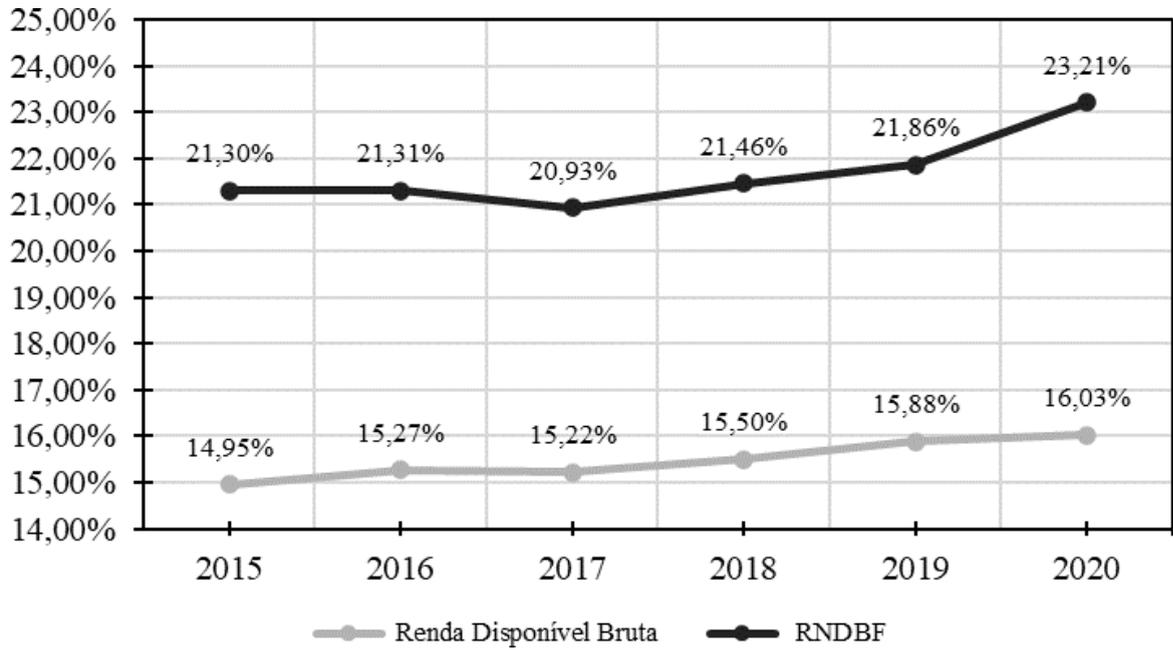
3.3.3 Dois Brasis, o retrato da desigualdade brasileira entre 2015 e 2020

Apesar de todos os eventos do período analisado, o grau de concentração de renda no grupo situado no centésimo mais rico da população pouco se modificou, ao contrário do restante da população, que empobreceu durante a recessão de 2015-2016, com elevadas perdas no produto e nível de emprego, o nível de renda apropriado pelo topo aumento em 2 pontos percentuais.

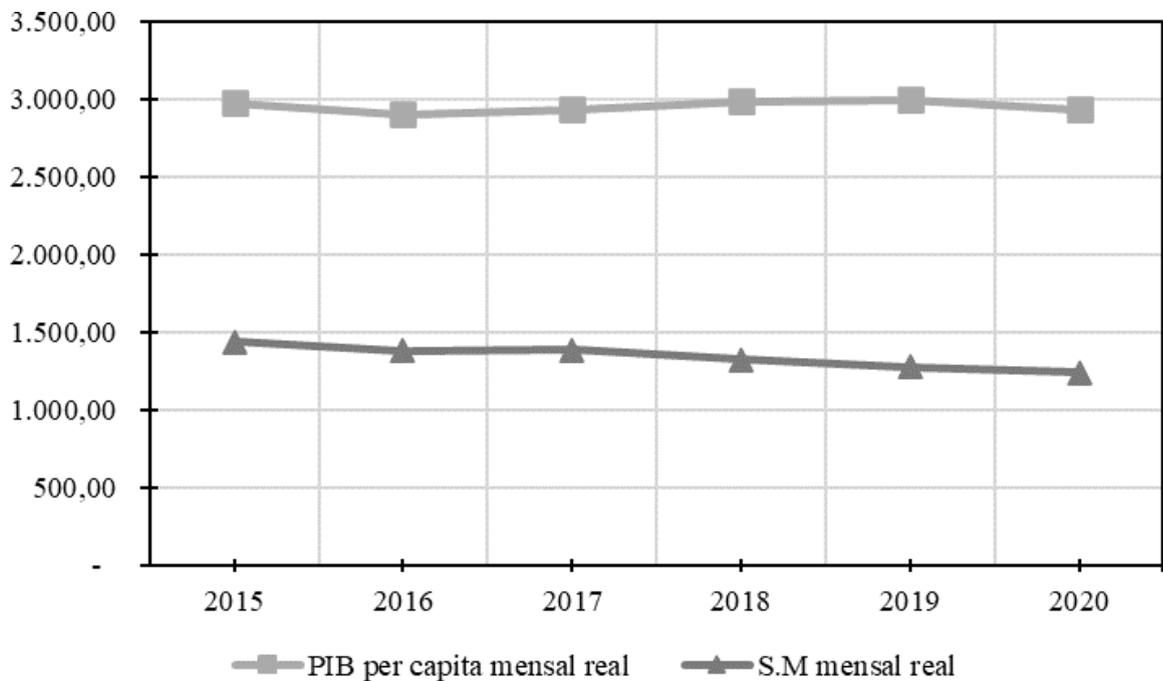
Como demonstra o comportamento dos indicadores de desigualdade para esse estrato da população brasileira, tomando como base dois controles de renda distintos, a Renda Disponível Bruta, e a Renda Nacional Disponível Bruta das Famílias, verificamos que os níveis de renda apropriados pelo 1% mais rico ficam estáveis em cerca de, respectivamente, 15% e 20% durante todo o período analisado conforme o gráfico 3.2.

A partir dos dados apresentados podemos observar que, com exceção do biênio 2016-2017, com base na RNBDF, todos os demais anos apresentaram trajetórias reais de crescimento no grau de concentração, em termos absolutos e relativos, pela RNBDF de, respectivamente, 1,90% e 8,93% e pela RDB de 1,07% (absoluta) e 7,18% (relativa) no período de 2015 a 2020. Ao avaliar a perda de produto e renda, utilizando o PIB *per capita* e o Salário Mínimo (S.M), em termos reais, também a preços de 2019, as variações relativas no mesmo período foram de, respectivamente, -1,28% e -13,83% conforme o gráfico 3.3.

Gráfico 3.2 - Concentração de Renda do 1% mais rico entre 2015 e 2020



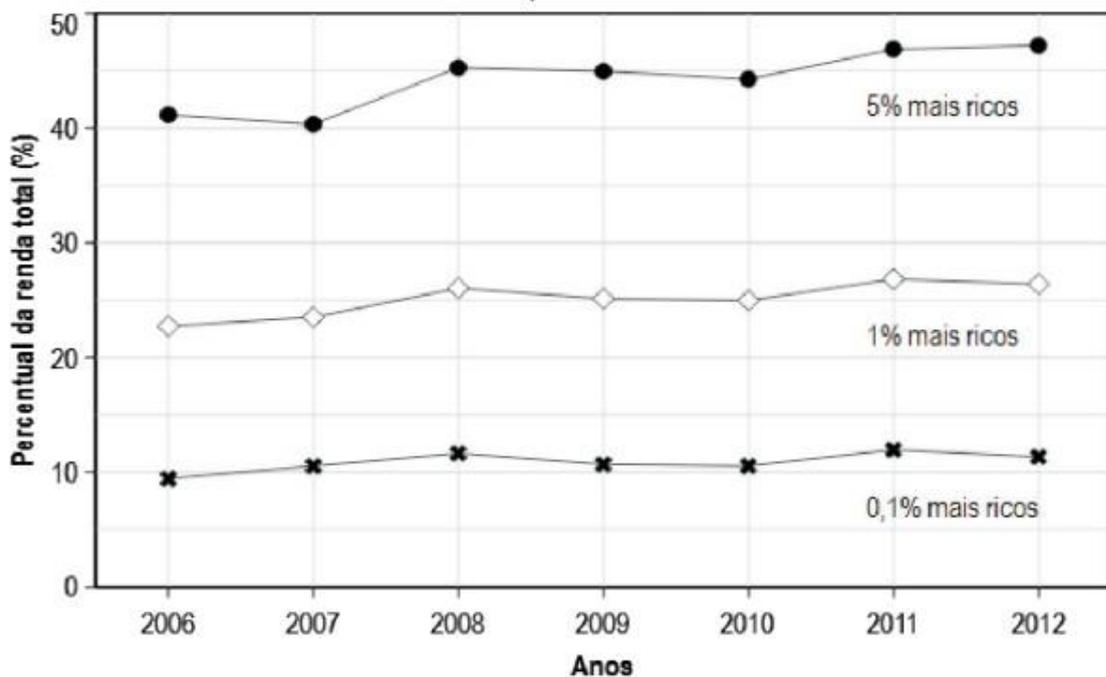
Fonte: Elaboração própria a partir de dados CEI/BACEN

Gráfico 3.3 - PIB *per capita* e salário mínimo mensal em termos reais a valores de 2019

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA

Com base nos dados da RNBDF é possível obter a concentração de renda do período analisado de 1%, 0.1% e 0.01% mais ricos. De acordo com o gráfico 3.2 enquanto o 1% mais rico concentra cerca de 20% da renda, o 0.1% mais rico concentra cerca de 10% e o 0.01% cerca de 5% da renda. Os valores são próximos aos valores estimados por Medeiros, Souza e Castro, (2015) ao analisar os dados da Declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física (DIRF) entre 2006 e 2012 onde o 1% mais rico apropriou de 20 a 25% da renda nacional e o 0,1% apropriou de 10 a 11% da renda nacional como indica a figura 3.1.

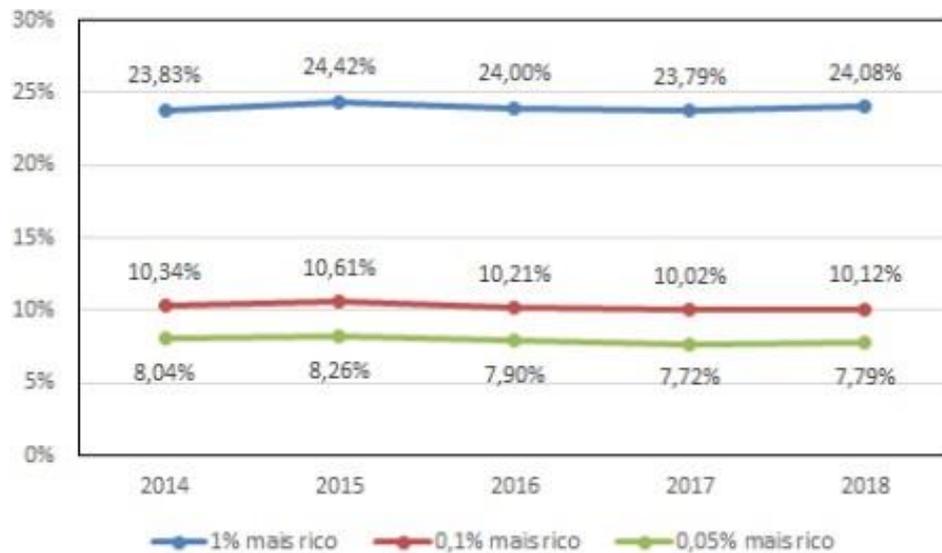
Figura 3.1 - Percentual da Renda Total Apropriado pelo 0,1%, pelo 1% e pelos 5% mais ricos (Brasil 2006-2012)



Fonte: Medeiros, Souza e Castro (2015, p.18)

Ao avaliar os valores obtidos por Breviglieri (2021) sobre a renda apropriada para os anos de 2014 a 2018 é possível observar valores consistentes com os calculados, onde o 1% mais rico apropria-se de 23 a 24% da renda nacional e o 0.1% apropria-se de cerca de 10% da renda conforme a figura 3.2.

Figura 3.2 - Participação dos estratos superiores na renda nacional

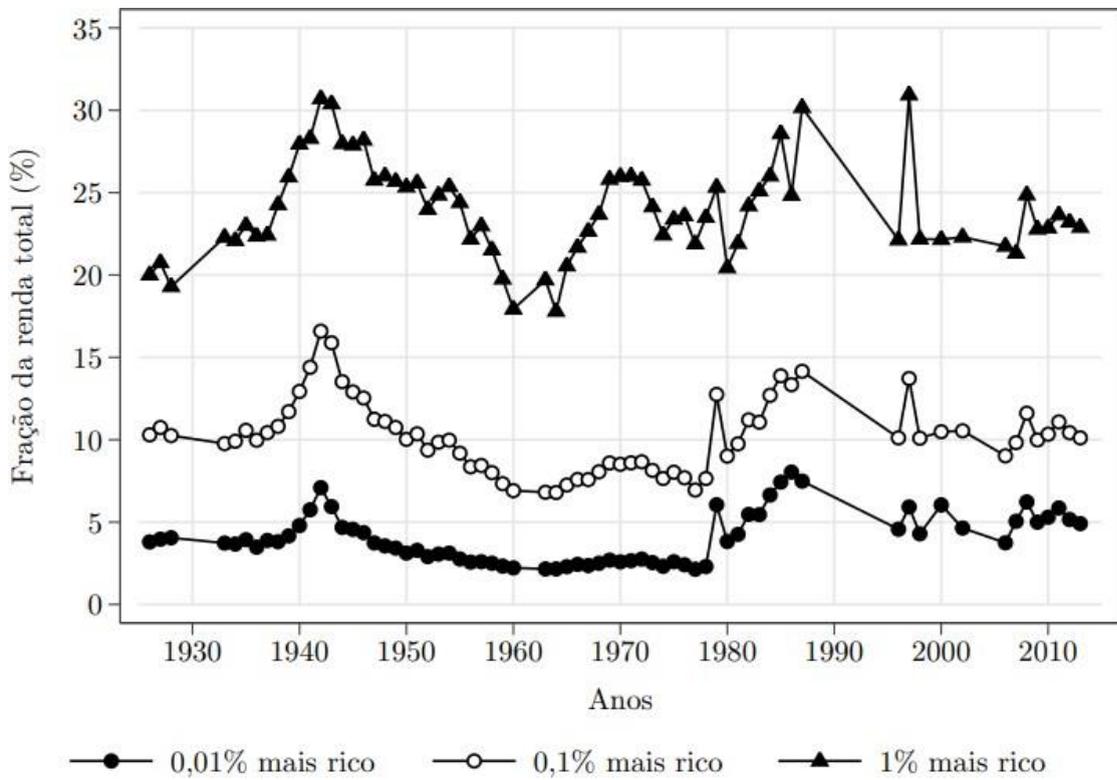


Fonte: Breviglieri (2021, p.62)

Ao tomarmos como base um horizonte de tempo ainda maior, podemos comparar a trajetória dos resultados com os dados de Souza (2018) ao analisar os dados de concentração de renda no topo de 1926 a 2013. Os dados da figura 3.3 demonstram que poucos foram os momentos na história que as frações de renda obtidas pelo topo (1%) ficaram abaixo de 20%. Ao analisar a fração do 0,1% mais rico é possível verificar a maior redução da desigualdade entre 1950 e 1980 mas logo voltando aos patamares de 10%, neste sentido, o 0,01% mais ricos segue trajetória parecida retomando os patamares de 5% da renda nacional apropriada.

Figura 3.3 - Fração da renda recebida pelos 0,01%, 0,1% e 1% mais ricos - Brasil, 1926-2013

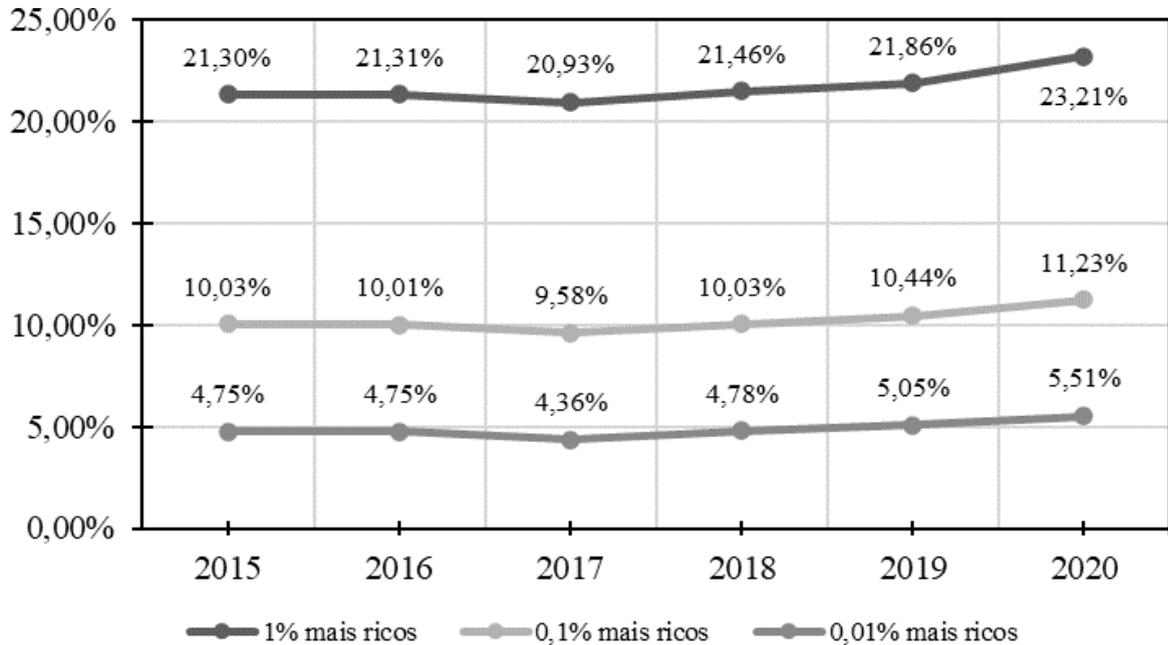
(%)



Fonte: Souza (2018, p. 216)

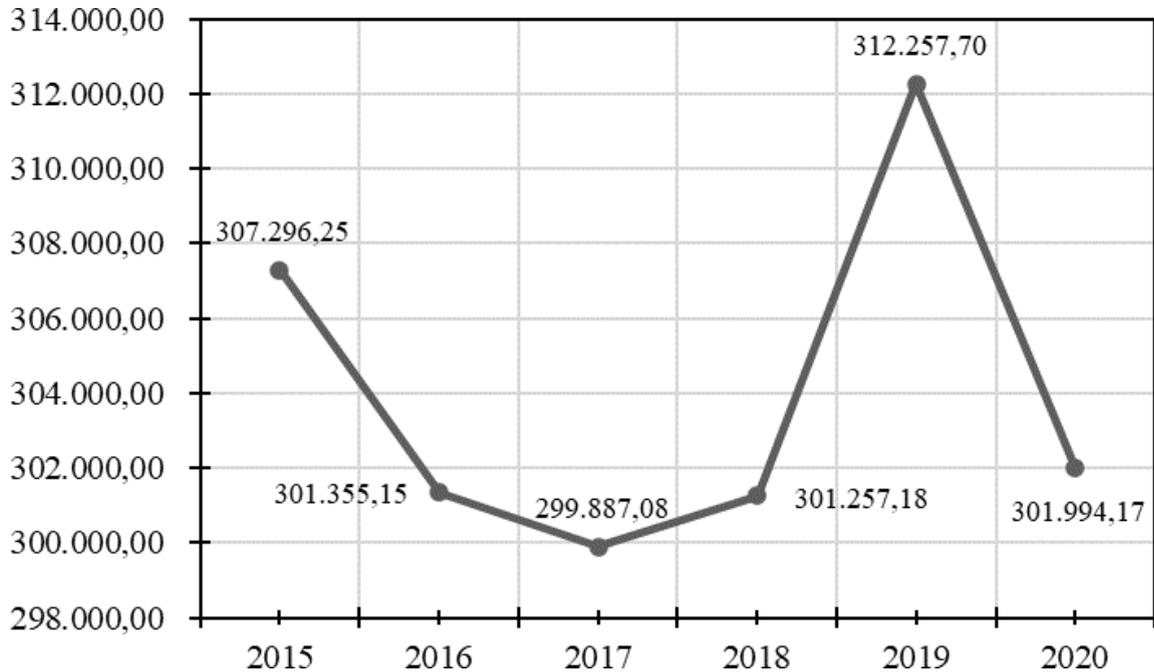
Em relação à trajetória dos níveis de concentração de renda é possível observar no gráfico 3.4 relativa estabilidade entre 2015-2016, pequena queda no biênio 2016-2017 e subsequente recuperação e crescimento entre os anos 2018 e 2020, em especial o crescimento mais acentuado entre 2019 e 2020. Nesse sentido podemos afirmar, com base nos dados avaliados, que a pandemia apresentou aumento no grau de concentração de renda no centésimo mais rico da população.

Gráfico 3.4 - Percentual de renda apropriado pelo 1%, 0.1% e 0.01% mais ricos



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CETAD

A trajetória da renda *per capita* mensal do 1% mais rico indica queda em momentos de recessão (crise 2015-2016 e pandemia) e posterior elevação como indica o gráfico 3.5. Em especial no ano de 2019 a renda individual aumentou em cerca de R\$ 10.000, retroagindo no ano subsequente. Como apontado por Mello *et al* (2020) após atingir a economia real a pandemia teve forte efeito sobre os ativos financeiros. Assim, não seria absurda a hipótese que este impacto foi um dos responsáveis pela variação negativa no período sob a renda individual, somada, também, aos efeitos demográficos.

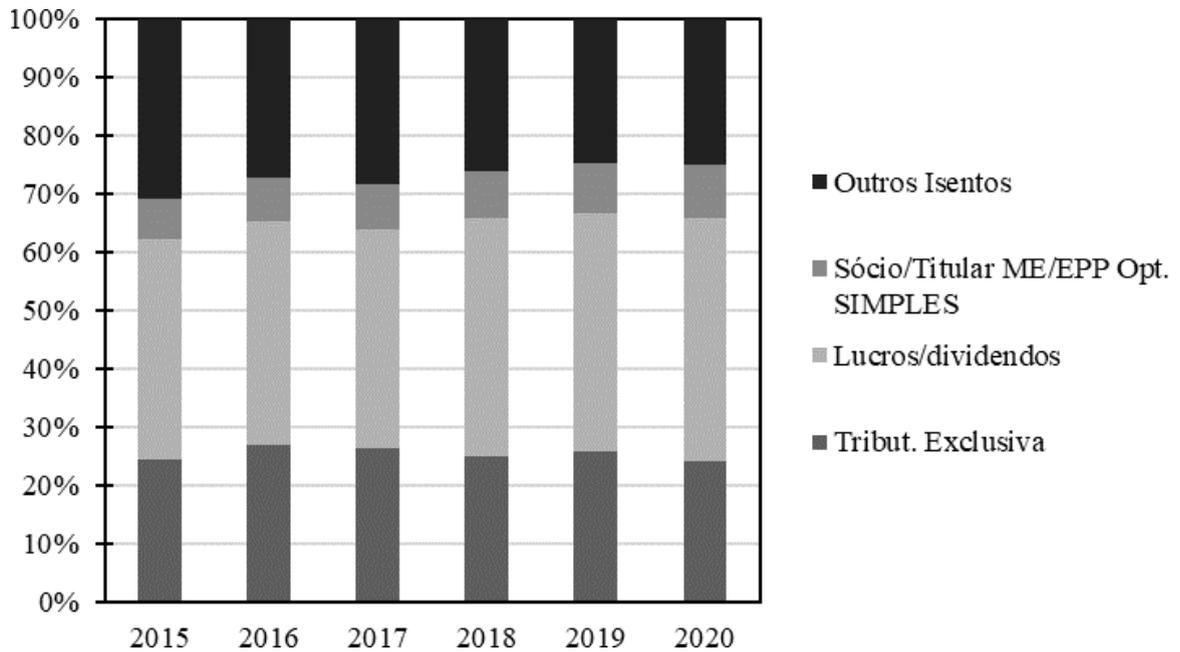
Gráfico 3.5 - Renda *per capita* (mensal) do 1% mais rico

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CETAD

Já com relação à composição dos rendimentos, levando-se em consideração rendimentos retidos na fonte, lucros e dividendos distribuídos, e rendimentos de empresas, além de outros rendimentos isentos (sendo os três últimos isentos de IRPF), verifica-se, para esse grupo da população, uma maior presença de lucros e dividendos, seguida por rendimentos sujeitos à tributação exclusiva (retidos na fonte) como o gráfico 3.6 demonstra.

Importante destacar que lucros e dividendos não são tributados no Brasil, na contramão dos países desenvolvidos, permitindo que uma elevada quantidade de renda e riqueza sejam apropriadas pelos estratos mais ricos. Ainda neste sentido Breviglieri (2021) destaca o fenômeno da “pejotização”, isto é, pessoas físicas recebendo seus rendimentos do trabalho como pessoas jurídicas, geralmente na categoria de Microempreendedor Individual (MEI), reduzindo o grau de tributação dessas pessoas.

Gráfico 3.6 - Composição dos rendimentos do 1% mais rico

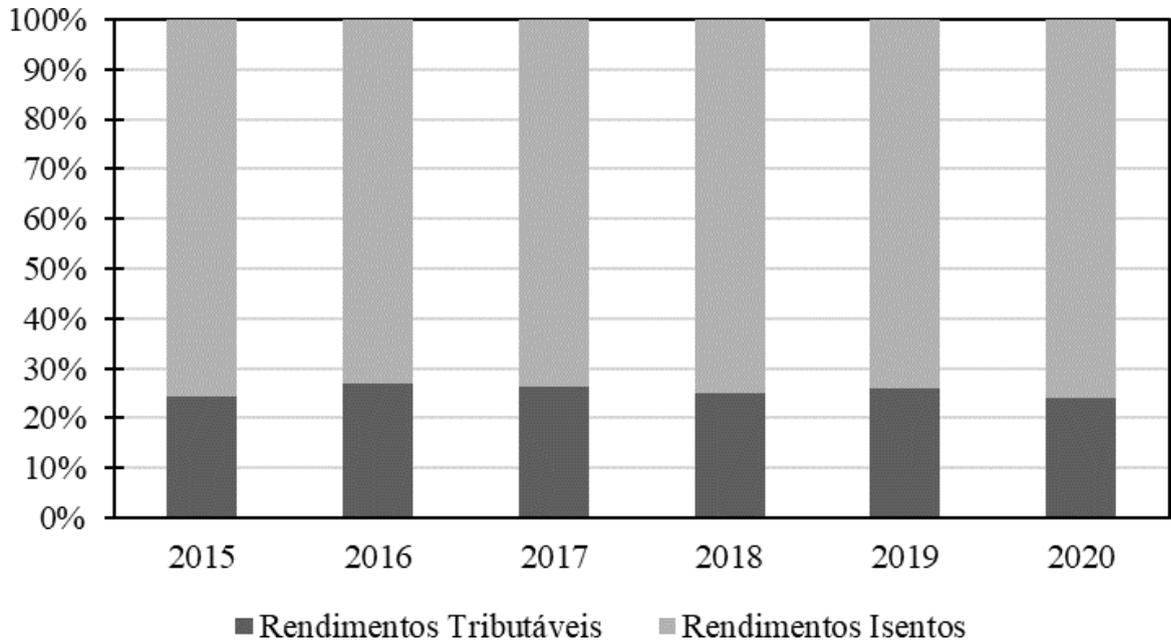


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CETAD

Complementando a análise acima, o gráfico abaixo revela o montante dos rendimentos sujeitos a alguma tributação, conforme o gráfico 3.6, cerca de 1/4 são compostos por rendimentos tributáveis (diretamente na fonte), o restante (cerca de 75%), são rendimentos isentos (lucros e dividendos, rendimento de sócios e titulares e outros).

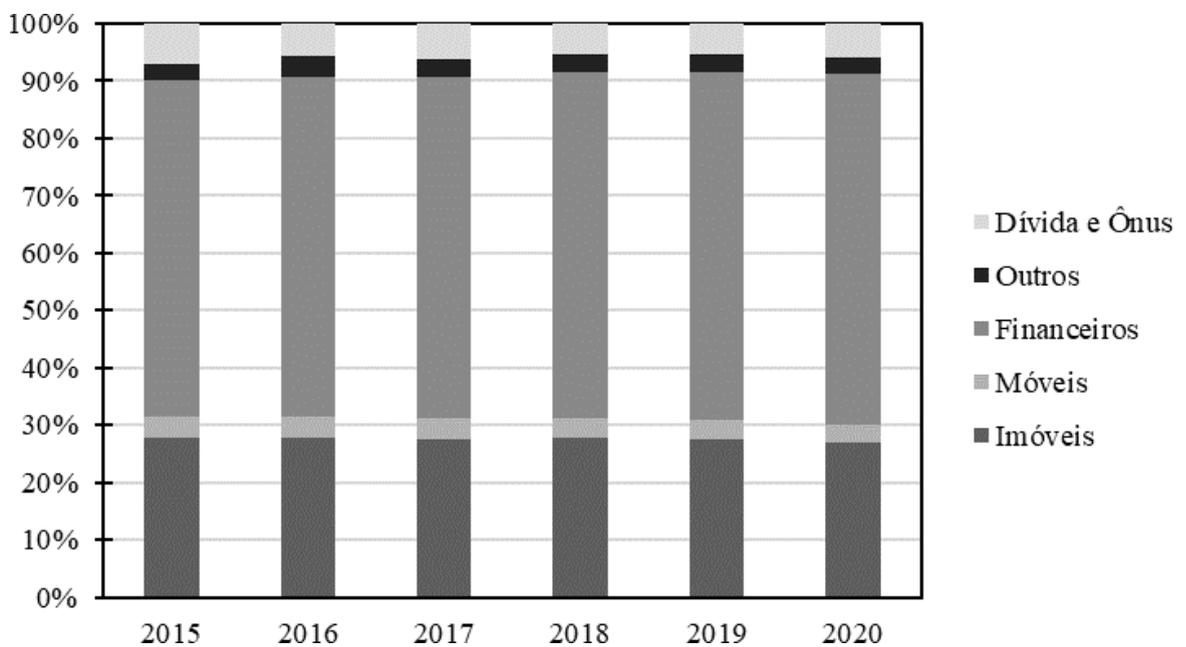
Ao analisar os bens e direitos do topo da distribuição é notável, de forma coerente e conforme indicado por Milanovic (2016) em sua análise de economias avançadas e global, a preponderância de ativos financeiros em volume e nível de crescimento, seguido por bens e direitos imóveis (ativo imobilizado) e móveis (complementar aos imóveis) e, em menor medida, adicionada aos bens e direitos, dívida e ônus, apresentando baixos níveis de alavancagem.

Gráfico 3.7 - Composição dos rendimentos isentos e tributados na fonte do 1% mais rico



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CETAD

Gráfico 3.8 - Composição dos bens e direitos do 1% mais rico

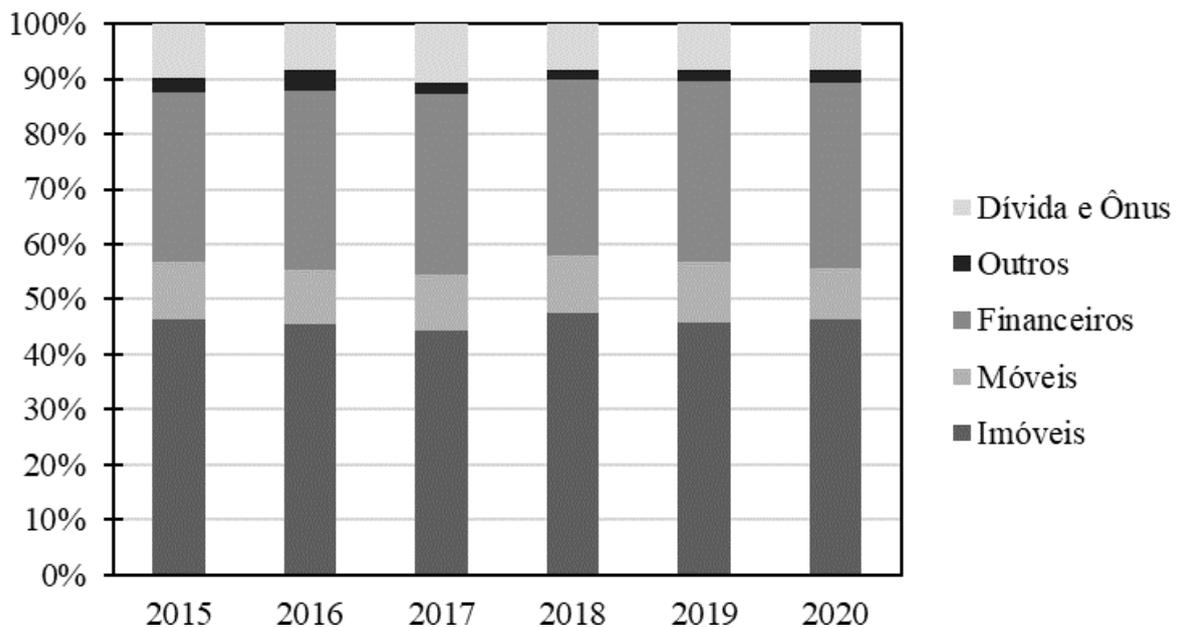


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CETAD

Para fins de comparação, será utilizado as faixas intermediárias da base de dados do CETAD. De modo a delimitar essa camada os *outliers* foram removidos levantando os quartis e os limites inferiores e superiores, uma vez calculados esses limites os os centis cujos valores estejam acima (ou abaixo) são removidos. O intervalo estipulado foi entre o 8º e 90º centil (centis intermediários)

O gráfico 3.9 corrobora a tese de Milanovic (2016) apontando a maior presença de imóveis na composição da renda da “classe média” (neste estudo o método aplicado visa obter uma *proxy*) e em menor medida compõe os bens ativos financeiros¹⁹ reduzindo os rendimentos do capital na composição da riqueza acumulada e dívidas, indicando maior grau de alavancagem na composição do patrimônio aumentando sua sensibilidade a mudanças na economia.

Gráfico 3.9 - Composição dos bens e direitos do 8º ao 90º centil



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CETAD

Avaliando a composição dos rendimentos da camada intermediária percebemos a presença de outros rendimentos isentos em relação às demais classes, ainda são presentes bens sujeitos à tributação exclusiva (na fonte) provavelmente advindo dos rendimentos do trabalho

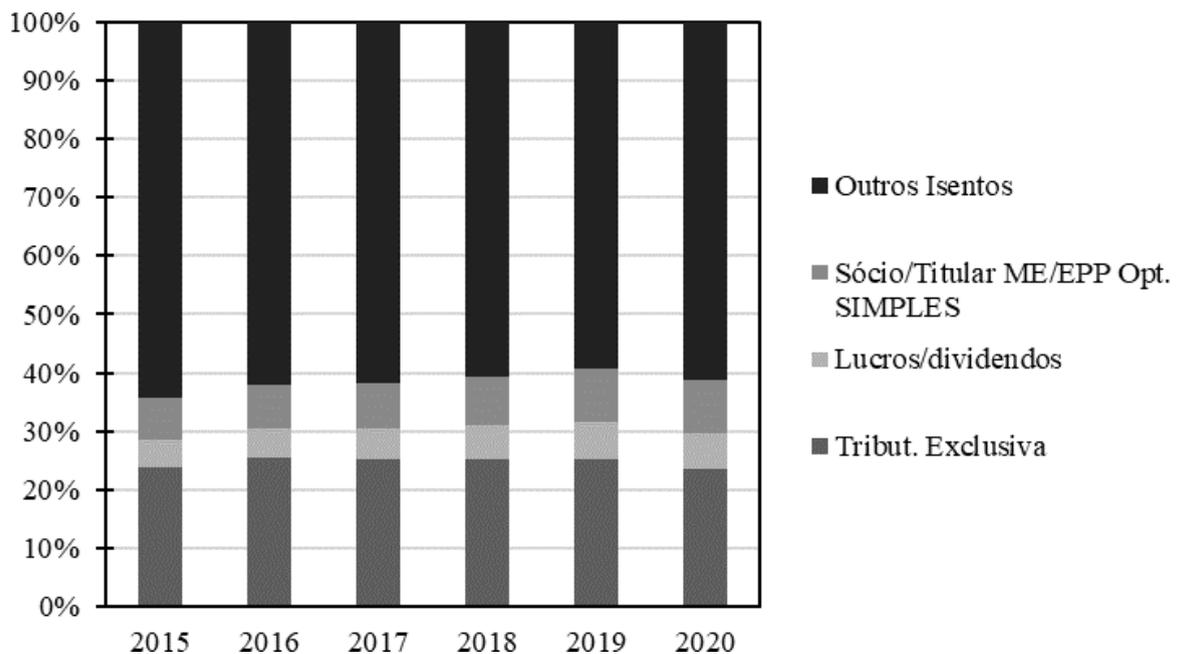
¹⁹ Infelizmente a base do CETAD não demonstra quais seriam os ativos financeiros, não permitindo uma comparação mais detalhada entre os ativos financeiros do topo da distribuição com o restante em termos de risco e prazo.

como décimo terceiro, além de participação de lucros e resultados (pagos pelo empregador e não distribuídos pela firma aos acionistas) e premiações e sorteios. Ainda existem alguns rendimentos de aplicações financeiras de crédito privado e títulos públicos.

Na composição dos outros rendimentos isentos, isto é, excluindo-se lucros e dividendos e os ganhos de sócios e titulares, dada sua relevância nos rendimentos da camada intermediária estão, dentre outras coisas: bolsas de estudo, apólices de seguro e prêmios restituídos (por morte ou invalidez), rescisão do contrato de trabalho incluídos programas voluntários de demissão, acidentes e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), rendimentos de poupança (e outras aplicações financeiras vinculados ao mercado de crédito privado), pensão alimentícia e, inclusive, ganhos por alienação de ações abaixo do limite de isenção R\$ 20.000,00 e imóveis com limite de R\$ 40.000,00), etc.

Em função da composição dos bens e direitos e, das características da população brasileira e os rendimentos auferidos, além da própria proporção dos ganhos do trabalho na renda, poderíamos formular a hipótese que boa parte destes rendimentos advém das rescisões de contratos, resgate do FGTS, pensão alimentícia e rendimentos de caderneta de poupança. Contudo a base de dados oferece as limitações as inferências por detalhar o percentual de participação dos outros rendimentos isentos.

Gráfico 3.10 - Composição dos rendimentos do 8º ao 90º centil



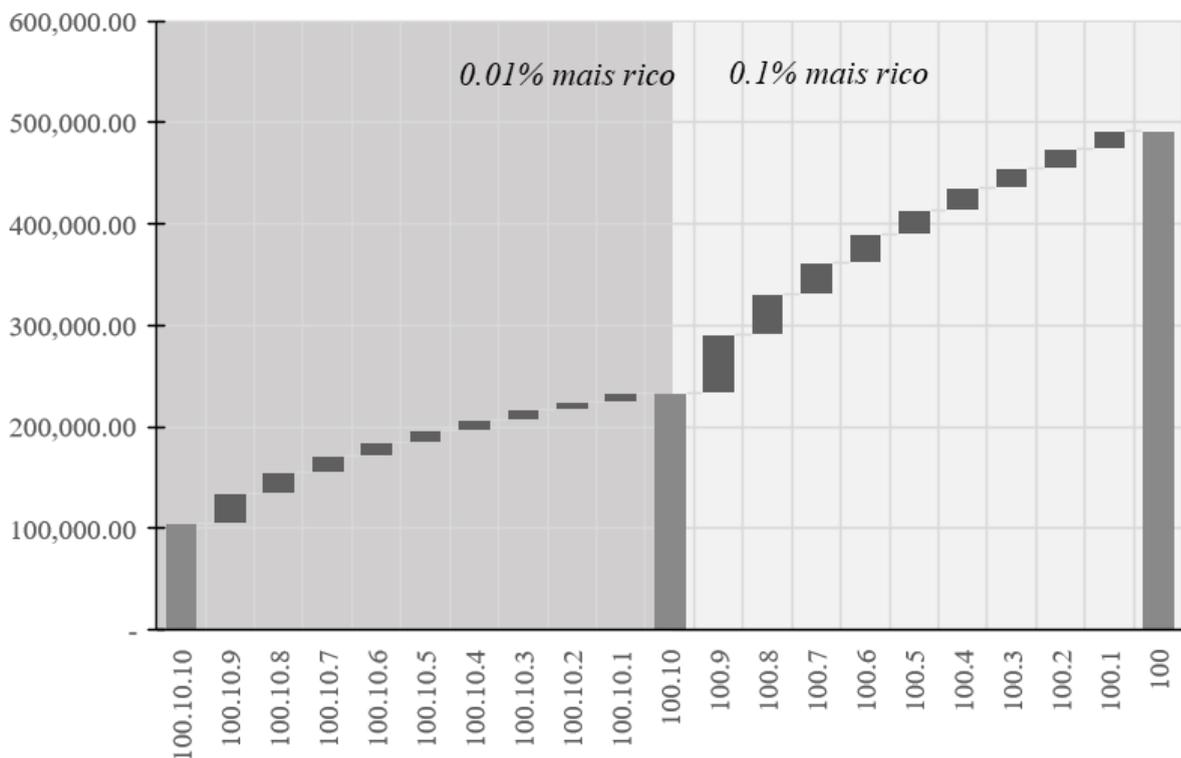
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CETAD

3.3.4 A beleza dos décimos e dos centésimos

O título desta seção faz referência a Piketty (2014) e a implementação da nova metodologia que visa analisar o 0.1% e 0.01% mais ricos. A motivação dessa forma de analisar consiste em que os centésimos dão maior granularidade aos ganhos do topo da distribuição, avaliando de maneira objetiva este estrato.

Primeiro devemos entender como a granularidade se reflete na base de dados pautando-se no gráfico 3.11.

Gráfico 3.11 - Estrutura da Segmentação



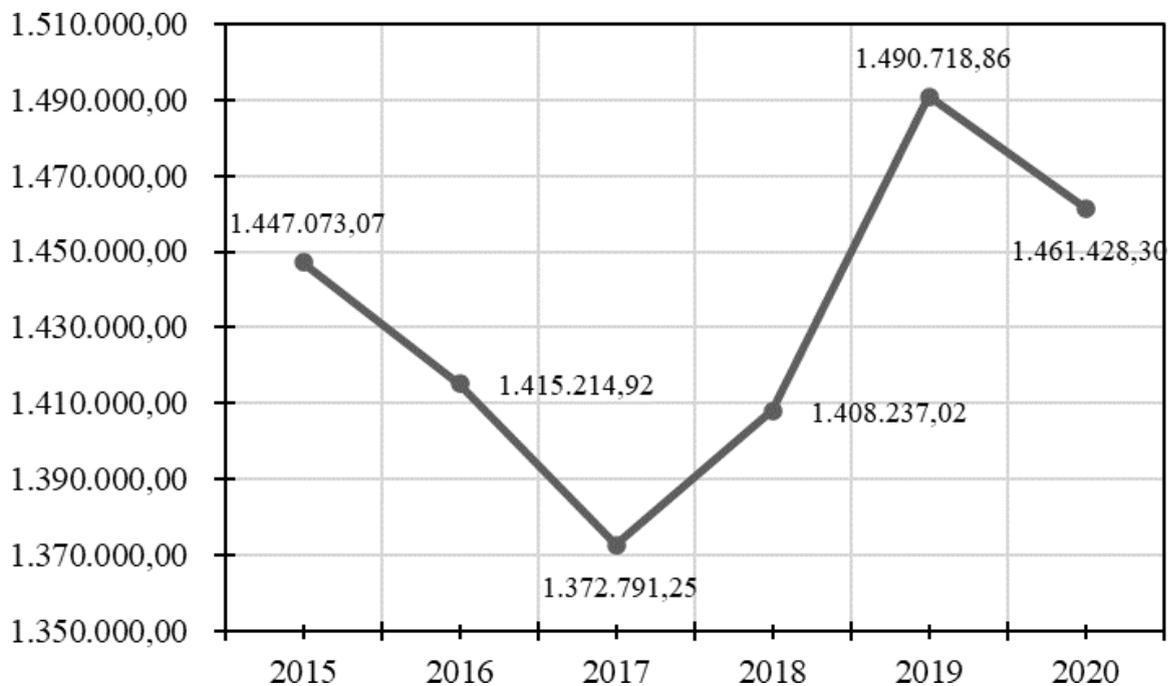
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CETAD

A leitura do gráfico ocorre da direita para a esquerda, sendo a primeira coluna à direita o centésimo centil (identificado no eixo horizontal como 100), de modo que este é fracionado em mais 10 centis (identificados no eixo horizontal de 100.1 a 100.10). O décimo centil fracionado, por sua vez, isto é, o centil 100.10 é fracionado em mais 10 (de 100.10.1 a 100.10.10).

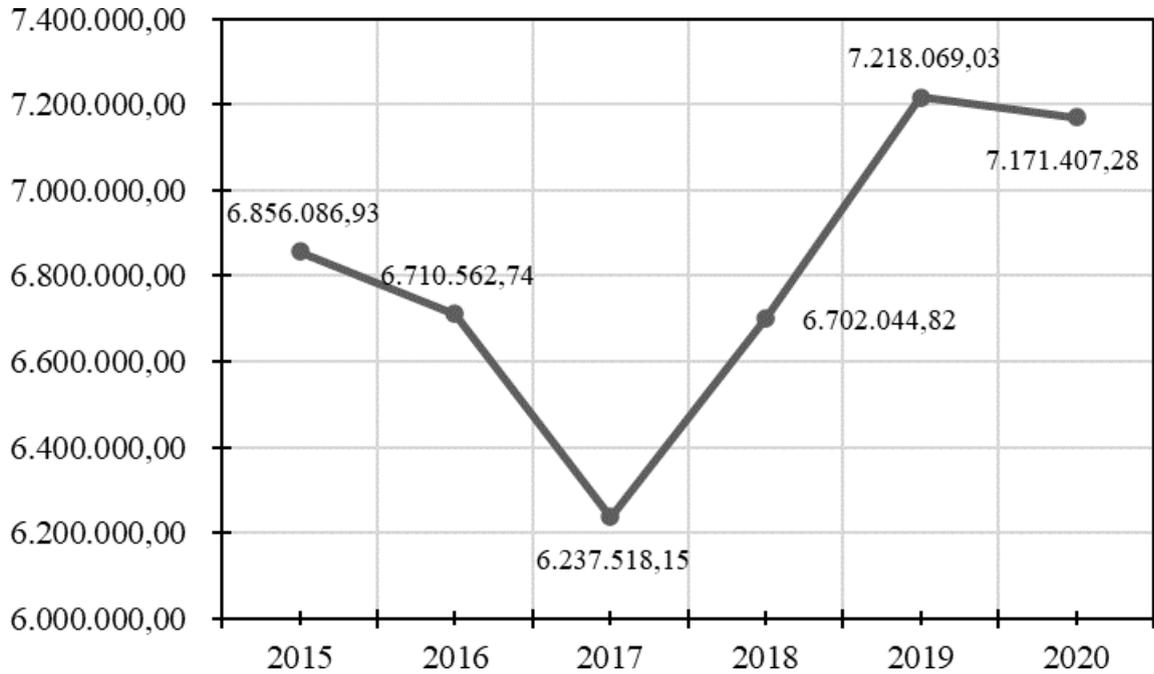
Repare que, o centésimo centil compõe o 0.1% com cerca de 280 mil contribuintes. Portanto o centil 100.10 representa 0.01% mais rico que sendo o “topo do topo do topo”. Aqui focaremos a análise dentro dos centis 100 e 100.10 e um breve exame sobre o 100.10.10 e suas sub segmentações.

Primeiro avaliamos em termo de *renda per capita* nos gráficos 3.11 e 3.12. O primeiro ponto marcante é a mudança nas escalas de renda apropriadas pelas frações do topo, uma vez que o número de contribuintes por centis se reduz à medida que o nível da renda se eleva. Para o 0.1% mais rico a renda *per capita* gira em torno de R\$ 1,4 milhão de reais, e para o 0.01% mais rico R\$ 6,6 milhões.

Gráfico 3.12 - Renda *per capita* (mensal) do 0.1% mais rico



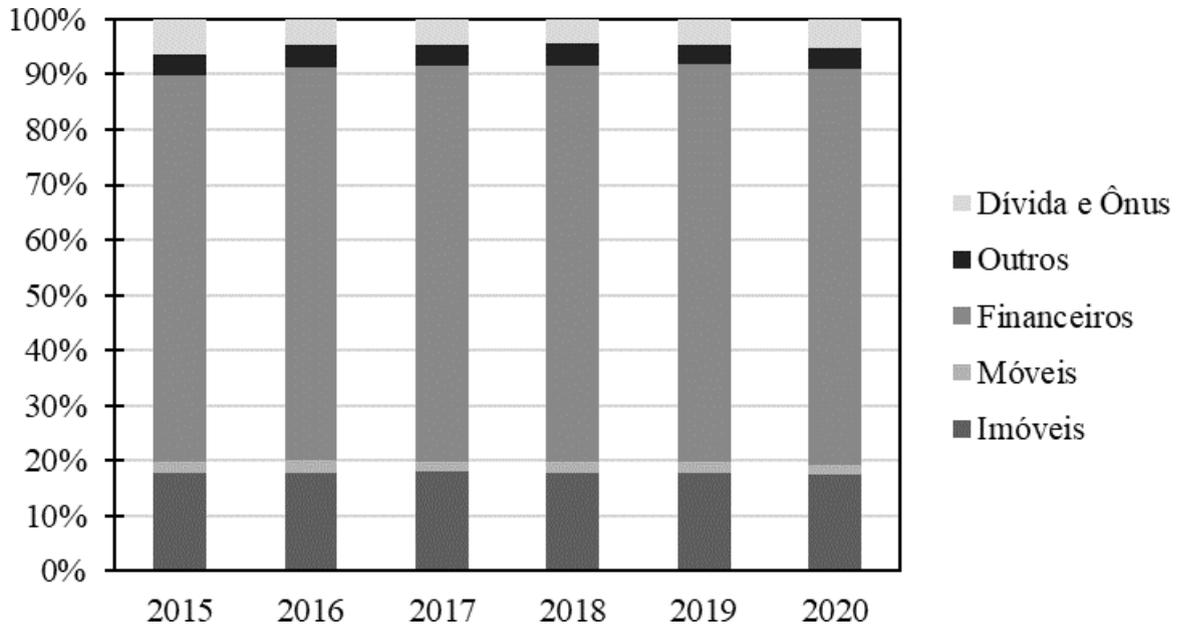
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CETAD

Gráfico 3.13 - Renda *per capita* (mensal) do 0.01% mais rico

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CETAD

Ao avaliar a composição dos bens e direitos das frações superiores vemos a redução gradual, em relação ao 1% mais rico, da presença de imóveis e móveis e a expansão dos ativos financeiros compondo de 70-80% dos bens.

Gráfico 3.14 - Composição dos bens e direitos do 0.1% mais rico

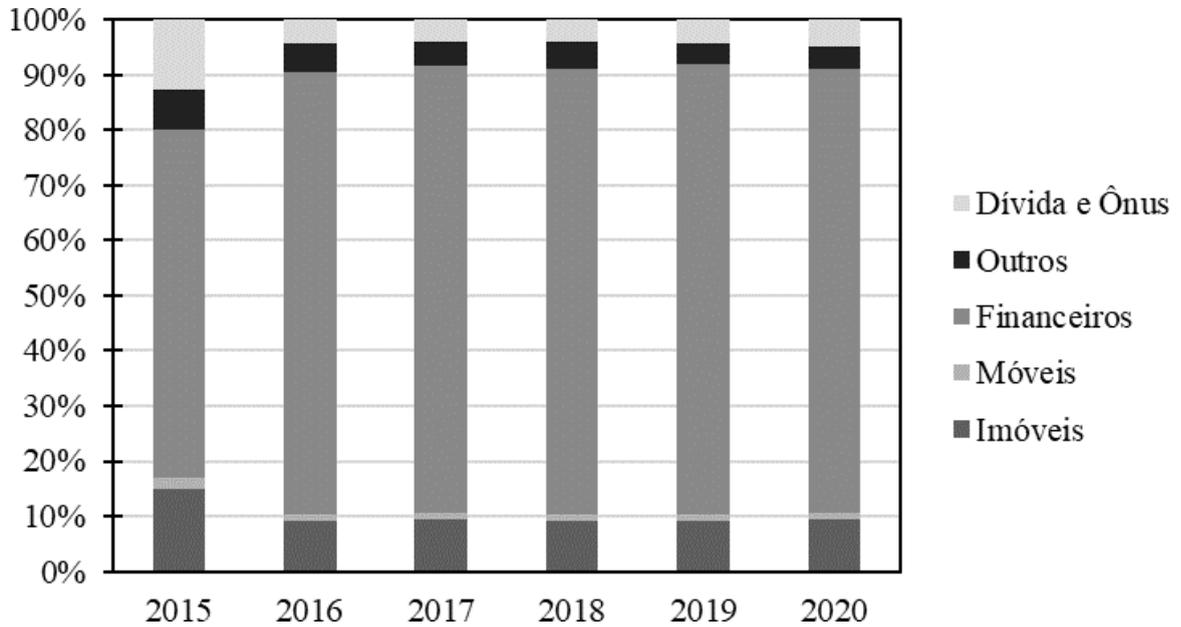


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CETAD

Outro fator marcante em relação aos gráficos 3.13 e 3.14 (abaixo), é a estabilidade apresentada em relação ao gráfico dos centis intermediários (8º-90º). Enquanto esses centis apresentam maior flutuação dos percentuais, o topo da distribuição raramente apresenta qualquer variação. A única exceção seria a proporção de endividamento e ônus demonstrado pelo 0.01% mais rico em 2015, dado que o ano é marcado por forte recessão.²⁰

²⁰ Pode-se aventar a hipótese de que isso mostra efeitos de , podemos assumir que foi uma flutuação aleatória dentre algum, ou alguns, dos contribuintes (uma vez que o conjunto é pequeno, cerca de 2 mil pessoas).

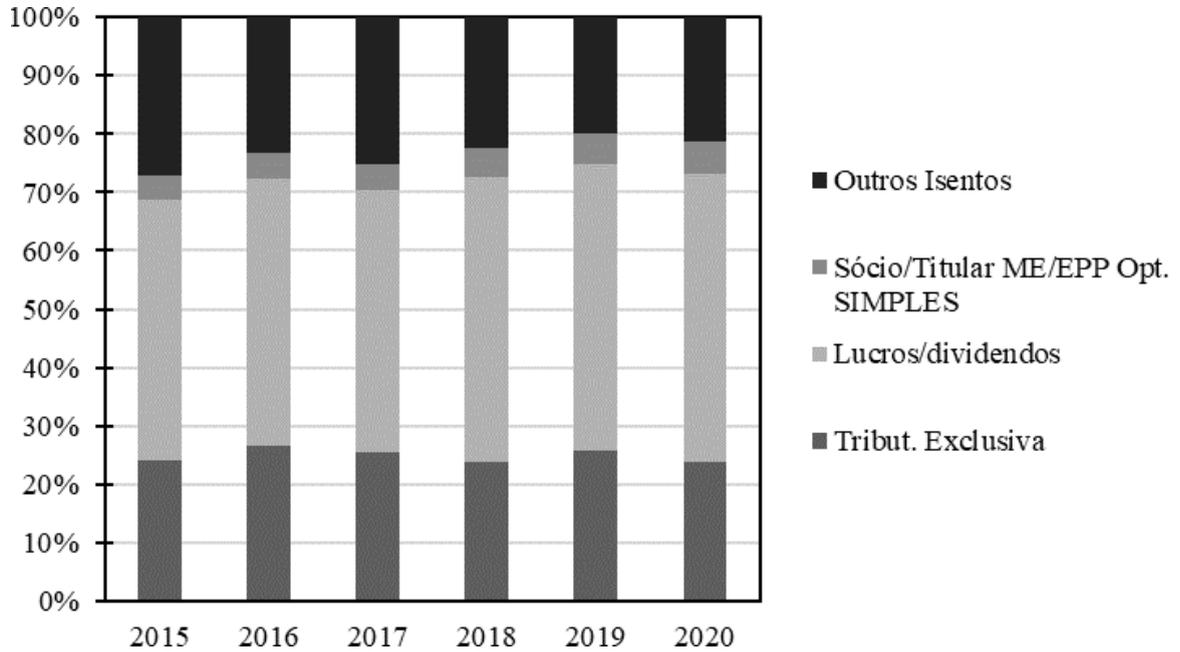
Gráfico 3.15 - Composição dos bens e direitos do 0.01% mais rico



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CETAD

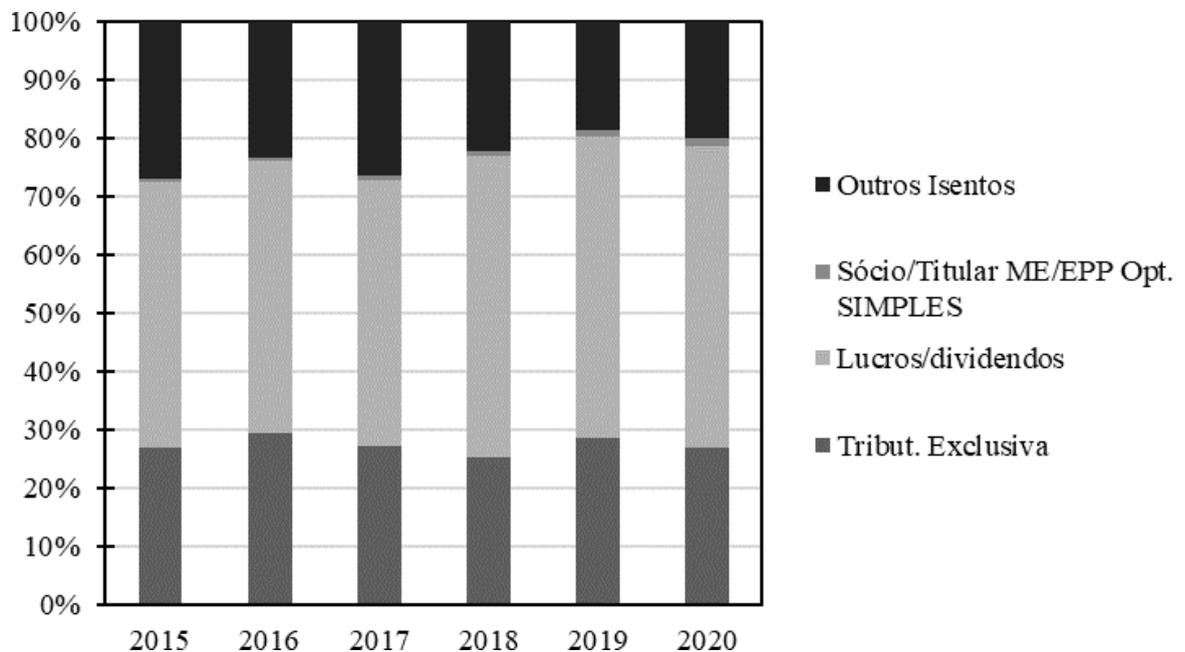
A composição dos rendimentos das frações indicam maior presença de lucros e dividendos em relação às demais categorias, elevando-se gradualmente do 1% até o 0.01% mais ricos conforme os gráficos abaixo. Esses dados apenas reforçam a ideia que boa parte dos rendimentos do topo da distribuição são advindos dos rendimentos do capital (apesar dos rendimentos do trabalho também terem presença relevante, mas não homogênea).

Gráfico 3.16 - Composição dos rendimentos do 0.1% mais rico



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CETAD

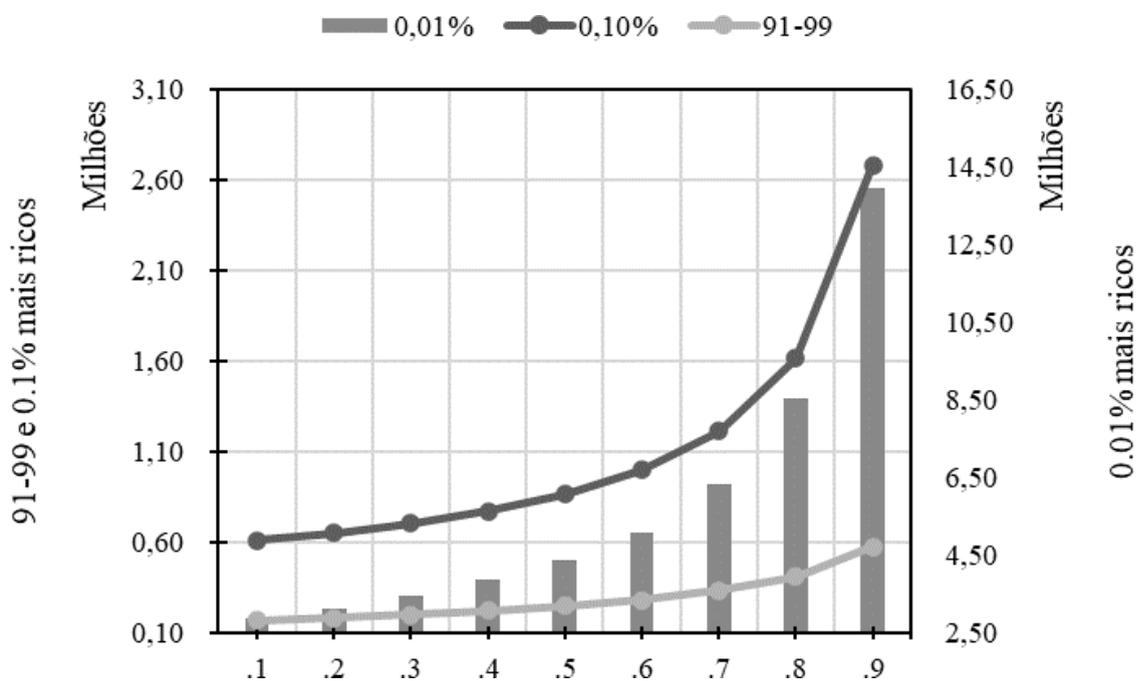
Gráfico 3.17 - Composição dos rendimentos do 0.01% mais rico



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CETAD

Quando buscamos comparar a desigualdade dentro dos maiores estratos de renda podemos avaliar pela variável do limite superior da renda, que determina o maior valor da renda dentro do centil. Assim, avaliamos a diferença horizontal, para o ano de 2020, comparando grupos de 9 centis, sendo os centis 91 a 99, os subcentis do 0.1% (100.1-100.9) e os subcentis do 0.01% (100.10.1-100.10.9). Os centis do topo - 100, 100.1 e 100.10.10 - foram excluídos pois, para esta variável, são o mesmo valor.

Gráfico 3.18 - Limite superior da renda comparada entre os centis 91-99, 0.1% e 0.01% mais ricos com base em grupamentos de 9 centis



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CETAD

O eixo direito contém os dados do 0.01% e o lado esquerdo os centis 91 a 99 e o 0.1%. O gráfico aponta a tendência a maior inércia na evolução do limite da renda real (topo do centil), mesmo entre os maiores estratos. Apesar do topo da distribuição, isto é, o 0.1% e o 0.01% mais ricos, apresentarem tendências parecidas no grau de evolução da sua renda (comportamento exponencial), as escalas apresentam diferenças significativas em termos absolutos, na ordem de 12 milhões de reais. Ao tomar como base os centis 91 a 99 a escala é ainda menor, não chegando a atingir 1 milhão do limite mesmo no 99º centil.

3.3.5 Brasil e o mundo

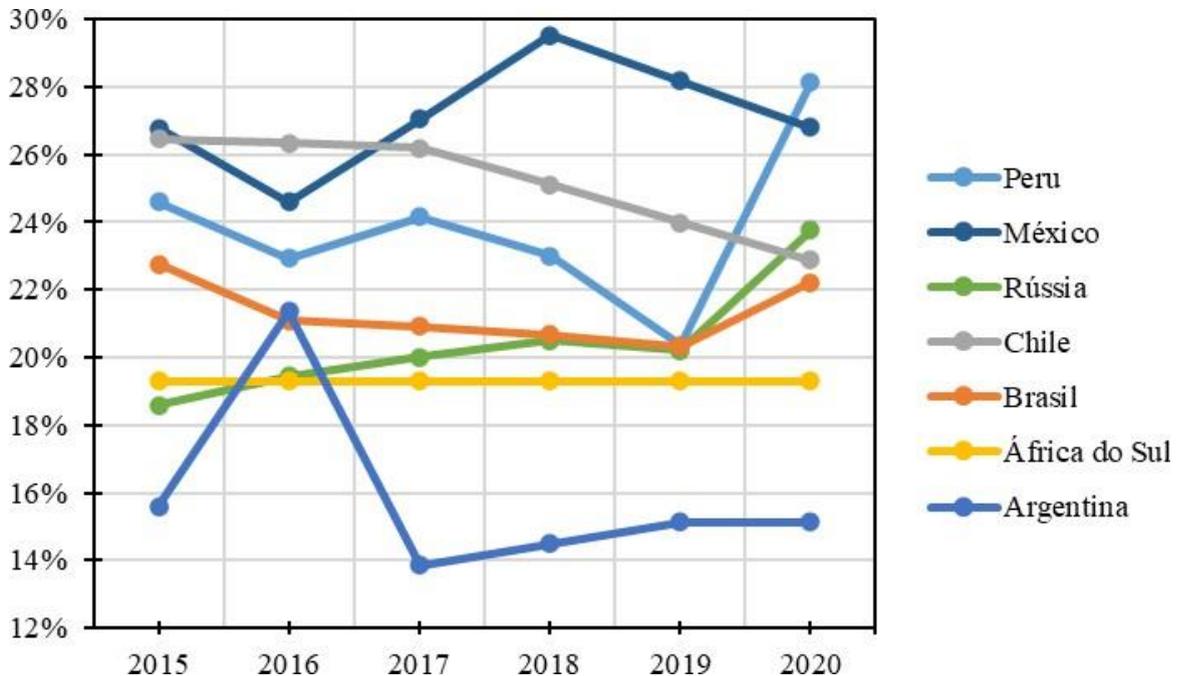
A pandemia da COVID-19 pode ser considerada como um choque exógeno a todas as economias, como indica Mello *et al* (2020), sob o lado da oferta, impactando a economia real na esfera produtiva para, em seguida, afetar os mercados financeiros. Já pela demanda, afetando principalmente as decisões de consumo, poupança e investimento. Uma vez que todas as economias estão submetidas ao mesmo choque, o objetivo desta seção é analisar o comportamento da concentração de renda no topo da distribuição. Os dados foram obtidos do *World Inequality Database* gerido por, entre outros nomes, Thomas Piketty e Emmanuel Saez.

O gráfico 3.19 mostra o grau de concentração de renda dos 1% mais ricos entre os anos de 2015 e 2020 em países emergentes. A metodologia avalia todas as fontes de renda antes dos impostos e transferências para indivíduos acima de 20 anos. O primeiro ponto é avaliar os resultados referentes ao Brasil estando em linha com os valores estimados pelos dados deste trabalho. Em segundo, é possível analisar que, embora os graus de concentração sejam diferentes e possuem diferentes trajetórias em função das particularidades de cada país, de maneira geral, o grau de concentração se mostra elevado, sendo o menor valor de 14%-15% na Argentina. Neste sentido, ainda é importante reforçar que o país passa por uma forte crise econômica e elevados índices de inflação que se estendem por alguns anos, podendo afetar os indicadores.

De maneira geral, África do Sul, Rússia e Brasil apresentam trajetórias relativamente estáveis na concentração de renda, exceto pelo ano de 2020, que manifestou, para os dois últimos, elevação desses indicadores.

O Peru apresentou a trajetória mais marcante com a elevação de quase 10 p.p em relação a 2019, sendo o maior grau até o momento. Por outro lado, México e Chile apresentam trajetórias de queda, ainda que em patamares elevados.

Gráfico 3.19 - Concentração de renda: Parcela da renda apropriada pelo 1% mais rico em países selecionados (Emergentes)

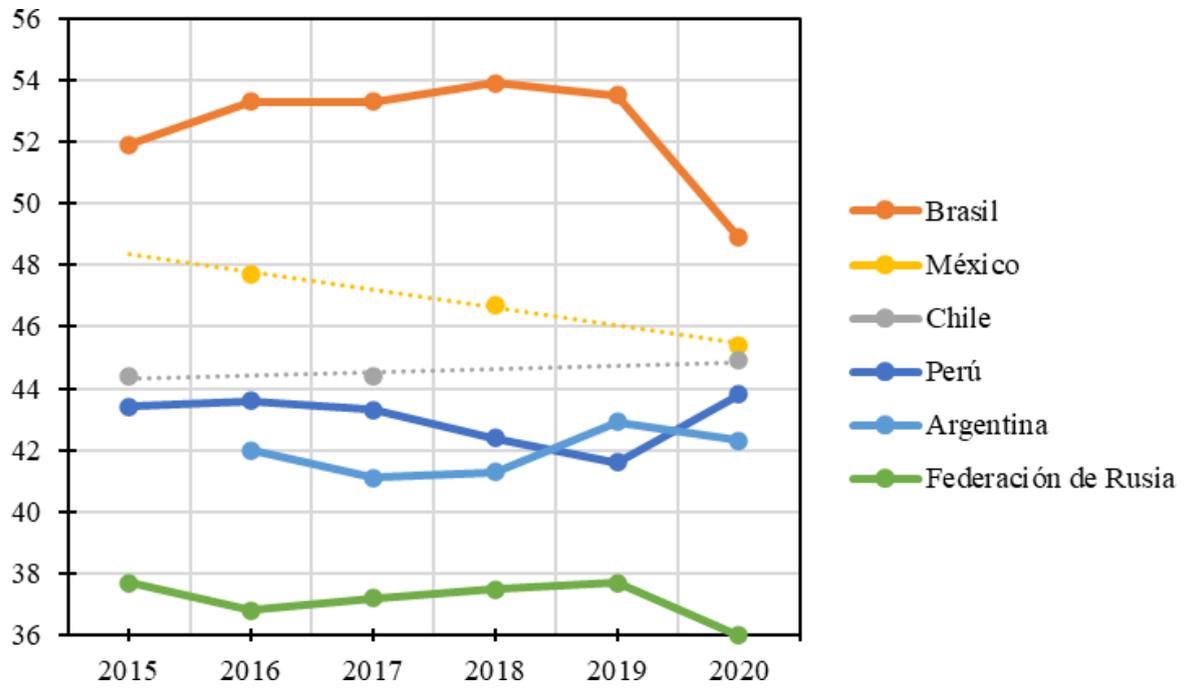


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do WID

Ao comparar a trajetória da concentração de renda com os dados de Orair (2021) ao avaliar as medidas fiscais de enfrentamento a pandemia, verifica-se que o Peru foi o país que, em proporção ao PIB, mais dispendeu recursos (cerca de 15% do PIB, o Brasil cerca de 14%, Chile 10%, África do Sul 9%, Rússia 5% e México menos de 2%). Ao analisarmos os dados de desigualdade, no entanto, vemos que a concentração de renda se mostrou indiferente em relação às medidas fiscais, isto é, tais medidas não afetaram significativamente os níveis existentes antes da pandemia.

Ao retomarmos as avaliações a partir do coeficiente de Gini conseguimos avaliar a divergência entre as medidas segundo o gráfico 3.19. O Gini brasileiro é o maior em valores absolutos, e também o que apresentou mais impacto nas medidas econômicas para mitigação da pandemia, ainda que o Peru tenha maior concentração no topo no grupo de países selecionados. Ainda, ao avaliar a correlação entre Gini e grau de concentração percebe-se que não há qualquer tendência da correlação, sendo positiva em alguns países como Peru (0,8) e Argentina (0,07), e negativa em outros como Brasil (-0,74), México (-0,13) e Rússia (-0,79). Não há dados para a África do Sul e a correlação do Chile é praticamente zero (0,01).

Gráfico 3.20 - Índice de Gini - países selecionados



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial

4 CONCLUSÃO

A desigualdade de renda e riqueza passa, ao longo das décadas, por diversas mudanças de paradigma, sendo constantemente reinterpretada por acadêmicos, políticos e pela própria sociedade sob diferentes contextos socioeconômicos.

Primeiro a desigualdade é vista sob a ótica acadêmica e polarizada através dos discursos dicotômicos como vimos no começo deste trabalho. Esta lógica é preponderante no debate até a chegada da II GM e as mudanças acarretadas por ela trazendo o Estado para o centro da discussão e ganhando protagonismo da vida econômica.

A destruição causada pela guerra e a formação, presença e atuação do Estado de Bem-Estar Social no pós-guerra, notadamente nos países europeus e Japão, aumentaram os níveis de igualdade nos países desenvolvidos. Em meio a este cenário a desigualdade passou a ser entendida como transitória e relegada aos países emergentes. Como vimos, as ideias de Kuznets sobre a teoria do “U” invertido, na qual a desigualdade é gradualmente reduzida à medida que os países se industrializam e os serviços ganham protagonismo na produção nacional. Essas ideias tomam forma e tornam-se as narrativas benignas, a ideia de que a desigualdade havia sido “domesticada” e seria transitória, esses discursos ganham força e a polarização é dissipada.

A bonança e crescimento dos anos dourados, como refere-se a literatura francesa a este período, eventualmente colapsam, diversos choques econômicos reconfiguram a economia mundial como o choque do petróleo e dos juros americanos. Em meio à crise, as respostas keynesianas e o Estado de Bem-Estar Social se demonstram insuficientes frente à narrativa liberal, que critica e atribui à presença do Estado como causa raiz, e frente as novas leituras sobre os problemas econômicos mais uma vez a desigualdade é reinterpretada. Agora a avaliação é que a desigualdade de renda nos países é o resíduo do crescimento econômico, sendo parte do *trade-off* entre eficiência e igualdade, em meio a corrida do desenvolvimento a quem fique “para trás”, e a educação passa a ser encarregada de reduzir as assimetrias através das dotações fornecidas, empregadas e remuneradas no mercado de trabalho, quanto maior o nível de educação, mais complexas e demandadas são as dotações e talentos e, portanto, maior o nível de remuneração e renda, ou seja, a ideia, ainda vigente, de que há escassez de mão de obra qualificada e esta é bem remunerada por isso.

Por fim, sem haver qualquer ruptura com a corrente de pensamento vigente, a desigualdade de renda voltou a chamar atenção, à medida que seus efeitos tornam-se cada vez mais presentes nos países desenvolvidos. Se a assimetria de renda fosse parte da barganha em prol de maior eficiência e produtividade, a sua presença em países desenvolvidos demonstra que os ganhos de eficiência e produtividade podem não ser suficientes para compensar o crescimento do resíduo (desigualdade de renda), poderia se ainda estipular que forças exógenas, como a presença do governo, podem se mostrar ineficientes na mitigação deste fenômeno. Ainda, pode-se especular que outras variáveis fora desta relação determinam o nível de distribuição pessoal de renda. Como vimos, os trabalhos de Piketty apontam as variáveis de âmbito institucional e a participação dos mais ricos como fundamentais ao entendimento deste fenômeno.

Portanto entende-se que o contexto político-econômico é extremamente relevante e, embora não se busque negar a desigualdade de renda, a todo momento tenta-se justificá-la, seja mediante a interpretação acadêmica, ou política, e assim atribuir as causas, sejam aos conflitos de classe, à presença de países emergentes, ao *trade-off* ou a presença de classes abastadas.

O presente trabalho, por sua vez, busca avaliar o turbulento período de 2015 a 2020, passando por duas recessões que abalaram fortemente, cada um à sua maneira, a economia brasileira, e sobre estas crises ressaltar que o país, em termos de produto e renda, ainda não se recuperou. Em contraste ao empobrecimento da população, o topo da distribuição brasileira, durante todo período analisado, não apresentou nenhuma perda, ao contrário de toda a população, a fração do topo apresenta ganhos em termos do total da renda apropriada.

Ao analisar os dados e o contexto brasileiro podemos perceber que as frações de renda detidas pelas camadas mais ricas da população, em especial o 1%, 0.1% e 0.01% mais ricos, permanecem, historicamente, elevadas. O 1% mais rico detém cerca de 20% da renda, o 0.1% mais rico detém cerca de 10% da renda e o 0.01% mais ricos detém cerca de 5% da renda. Essas frações estão de acordo com os dados de 1926-2013 avaliados por Souza (2018), os dados de 2006-2012 de Medeiros, Souza e Castro (2015) e os dados de 2014-2018 de Breviglieri (2021).

Vale a ressalva que todas as metodologias variam entre si a partir dos dados disponíveis e dos diferentes controles de renda e deflatores adotados. Os dados dos autores citados provém da DIRF e, em especial Souza (2018), dados históricos. Todos utilizam a

interpolação de Pareto para obter as frações dos estratos de renda superior, enquanto a base do CETAD permite uma inferência direta através dos centis.

O período avaliado de 2015-2020 é extremamente turbulento em relação aos eventos de ordem política e econômica, contudo, o grau de concentração de renda dos mais afluentes pouco oscila e, de acordo com os dados analisados, apresenta aumento em meio a queda generalizada do nível de produto, emprego e, portanto, renda.

Em especial, ao avaliar o ano de 2020, em meio à pandemia, ao observarmos as classes mais pobres devemos ressaltar que a política de Auxílio Emergencial teve impacto expressivo sobre a desigualdade de renda medida pelo Gini, o que sugere que políticas de transferência de renda para os mais pobres têm, de fato, impacto significativo em termos de redução de desigualdade de renda, mesmo que o exercício de provisionamento das classes menos abastadas, por parte do governo central, ter sido pontual. A manutenção de políticas com esse enfoque e dimensão, em termos de renda, pode ser uma política de redução significativa e permanente da desigualdade no país.

Finalmente, é importante observar que, ao compararmos, internacionalmente, vimos que as medidas fiscais de combate à pandemia e os níveis de concentração no topo dentro dos emergentes não afetaram os estratos do topo e que a distribuição de renda desses se mostrou indiferente, ou seja: o provisionamento de renda e demais auxílios governamentais aos mais pobres pouco alterou a estrutura da desigualdade de renda dos países analisados.

Podemos concluir que, à luz dos dados, a concentração de renda no topo é praticamente inercial e tende a manter-se nos patamares históricos muito elevados, sendo inelástica a quaisquer eventos, sejam de caráter endógeno ou exógeno, que impactam o nível de produto e emprego do país. Estudar a concentração de renda do topo é uma maneira de poder compreender melhor a situação da base da pirâmide social, e de justificar políticas públicas para essa parcela da população, uma vez que os ganhos para eles são potencialmente grandes, enquanto as perdas para os de cima são mínimas, ou nulas.

REFERÊNCIAS

- ARENA, Rafael Andre. **Programas de Transferência de Renda: Uma Análise do Auxílio Emergencial**. 2021. Dissertação (Mestrado em Economia) - Mestrado Profissional MPPG, Escola de Políticas Públicas e Governo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2021.
- ATKINSON, Anthony B. **Desigualdade: o que pode ser feito?** 1. ed. São Paulo: LeYa, 2015.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL, Relatório de Inflação, Brasília, v.25, n. 4, p. 1-85, dez. 2021, Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ri/202112>. Acesso em: 20 abr. 2023.
- BARBOSA, Rogério Jerônimo; PRATES, Ian. Efeitos do desemprego, do auxílio emergencial e do Programa Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (MP nº 936/2020) sobre a renda, a pobreza e a desigualdade durante e depois da Pandemia. **Notas Técnicas.**, out. 2020.
- BARBOSA, F. de H. A crise econômica de 2014/2017. *Estudos Avançados*, 31(89), p. 51–60. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890006>
- BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**., São Paulo, v. 15, n. 42, fev. 2000.
- BBC. 'Parasita': as pessoas reais que vivem nos porões de Seul retratados pelo filme. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51377330>. Acesso em 13 mar. 2023.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 6 mar. 2023.
- BREVIGLIERI, Tatiana Figueiredo. **A concentração da renda entre os ricos no Brasil : uma análise dos anos 2014 a 2018**. 2021. Dissertação (Mestrado em Economia) - o Conselho, Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 2021.
- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Recomendação N° 036**, Brasília, 2020. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/images/Recomendacoes/2020/Reco036.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2023.
- DUQUE, Daniel. *In*: MATHIAS, João Felipe Cury M.; SARAIVA, Luiz Fernando (org.). Igual-Desigual: Histórias e economia das desigualdades antes, durante e após a pandemia. São Paulo: Hucitec Editora, 2020. p.297-312.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta. As Três Economias Políticas do Welfare State, **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 24, p. 85-116, 1991.

FEIJÓ, Carmem, ARAÚJO, Eliana Cristina, BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Política monetária no Brasil em tempos de pandemia. **Revista de Economia Política.**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p. 150-171, jan. 2022.

FLEURY, M. T. L.; WERLANG, S. R. da C. Pesquisa aplicada: conceitos e abordagens. GV Pesquisa –Anuário de Pesquisa 2016-2017, São Paulo, n. 5, p. 10-15, 2017.

GOBETTI, Sérgio Wulff; ORAIR, Rodrigo Octávio. **Distribuição E Tributação Da Renda No Brasil: Novas Evidências A Partir Das Declarações Fiscais Das Pessoas Físicas.** In: XLIII Encontro Nacional de Economia, 43., 2015, Florianópolis, SC. **Anais [...].** Niterói, RJ: ANPEC, 2016.

GRUSKY, David B. The Stories About Inequality That We Love To Tell. In: GRUSKY, David B; SZELÉNYI, Szonja (org.). **The Inequality Reader: Contemporary and Foundational Readings in Race, Class, and Gender.** New York: Routledge, 2011. p. 1-13.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Contas Nacionais Trimestrais: Ano Referência 2010. **Série Relatórios Metodológicos**, Rio de Janeiro, v. 28, ed. 3, p. 1-72, 2016. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/doc/liv96834.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023

KUZNETS, Simon. Economic Growth and Income Inequality. In: Annual Meeting of The American Economic Association, 67., 1954, Detroit, Michigan. **The American Economic Review.**, v. 45, n. 1, mar. 1955.

MEDEIROS, Marcelo. **A Trajetória do Welfare State no Brasil: Papel Redistributivo das Políticas Sociais dos Anos 1930 aos Anos 1990**, Texto para Discussão Nº 852, Brasília, dez. 2001.

MEDEIROS, Marcelo. **O que faz os ricos ricos: o outro lado da desigualdade brasileira.** São Paulo: Hucitec, 2005.

MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de; CASTRO, Fábio Avila de. O Topo da Distribuição de Renda no Brasil: Primeiras Estimativas com Dados Tributários e Comparação com Pesquisas Domiciliares (2006-2012). **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, p. 7-36, jan. 2015.

MELLO G, et al. A coronacrise: natureza, impactos e medidas de enfrentamento no Brasil e no mundo. **Nota do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (CECON)**, n.9, mar. 2020.

MENEZES-FILHO, Naercio; KOMATSU, Bruno K; ROSA, João Pedro. Reducing poverty and inequality during the coronavirus outbreak: the emergency aid transfers in Brazil. **Centro de Gestão e Políticas Públicas**, n. 54, fev. 2021.

MILANOVIC, Branko, **Capitalismo Sem Rivais: o Futuro do Sistema que Domina o Mundo.** 1. ed. São Paulo, 2016

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Nota Informativa: uma Análise da Crise gerada pela Covid-19 e a Reação de Política Econômica. **Nota Técnica**, maio. 2020.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. VIS Dash. Brasília, 202. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/dash/view.php?d=176>. Acesso em: 23 jan. 2023.

MONTE, Paulo Aguiar do. **Auxílio Emergencial e seu impacto na redução da desigualdade e pobreza.** In: XXV ENCONTRO REGIONAL NORDESTE DE ECONOMIA, Área 1 – Economia Regional, 2020, online. Disponível em: http://www.anpec.org.br/nordeste/2020/submissao/arquivos_identificados/105-1c9403577ef3d3dd8fa1ad114b268474.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.

NERI, Marcelo C. “Mapa da Nova Pobreza”. **FGV Social**, Rio de Janeiro. jun. 2022.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Estado de Bem-Estar Social - origens e desenvolvimento. **Revista Katálysis**, Santa Catarina, n. 5, p. 89-103, jun-dez., 2001.

ORAIR, Rodrigo Octávio. **Política fiscal e resposta emergencial do Brasil à pandemia.** Políticas Sociais: acompanhamento e análise, n. 28, p. 561-582, 2021.

OREIRO, J. L; DE PAULA, L. F. A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: uma avaliação preliminar. VIII FÓRUM DE ECONOMIA NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília, 2019

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **Histórico da pandemia de COVID-19**, Washington D.C., 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 5 fev. 2023

PEN, J. Income distribution: facts, theories, policies. New York, Praeger Publishers, 1971.

PERU, Valéria; CARUSI, Danielle; FONTES, Adriana. *In*: MATHIAS, João Felipe Cury M.; SARAIVA, Luiz Fernando (org.). Igual-Desigual: Histórias e economia das desigualdades antes, durante e após a pandemia. São Paulo: Hucitec Editora, 2020. p.91-102.

QUINTAS, Felipe Maruff; IANONI, Marcus. The Rehn-Meidner Plan and the Swedish development model in the Golden Years. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 41, n.1, p. 3-22. jan-mar., 2021.

RAEKSTAD, Paul Alexander. Class and State in the Political Theory of Adam Smith: A Chapter in the History of a Neglected Strand of Political Thought. Dissertação de Mestrado em Filosofia. Universidade de Oslo. Filosofia, Clássicos, História da Arte e Ideias. 2011

RAMOS, Carolina Lima. **O Impacto do auxílio emergencial sobre a pobreza e a desigualdade durante a pandemia do Coronavírus.** 2021. Dissertação (Mestrado em Economia Empresarial e Finanças) - Escola Brasileira de Economia e Finanças, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2021.

RECEITA FEDERAL, Distribuição da Renda por Centis: Ano-Calendário 2020. Brasília, , set., 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/estudos/distribuicao-da-renda/capa-e-metodologia/view>

SANDEL, Michael J. **A Tirania do Mérito: O que aconteceu com o bem comum**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. Renda Básica: A resposta está soprada pelo vento. **Revista de Economia Política**., São Paulo, v. 23, n. 2, p. 233-248, jun. 2003.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. **A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2018

THE WORLD BANK. GDP (Current US\$). Washington DC, 2022. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?most_recent_value_desc=true. Acesso: 22 nov. 2020.

TOLLISON, Robert D. Rent Seeking. *In*: ROWLEY, Charles K; SCHNEIDER, Friedrich. **The Encyclopedia of Public Choice**. Boston: Springer US, p. 1. 2004. Disponível em: [//doi.org/10.1007/978-0-306-47828-4_179](https://doi.org/10.1007/978-0-306-47828-4_179). Acesso em: 03 jul. 2023.

VAN PARIJS, P. Renda básica: renda mínima garantida para o século XXI? . *Estudos Avançados*, [S. l.], v. 14, n. 40, p. 179-210, 2000. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9554>. Acesso em: 18 maio. 2023.

VÉLEZ, J. L. Income and wealth at the top in Colombia: an exploration of tax records, 1993–2010. Dissertação (Mestrado em “Public Policy and Development”) — Paris School of Economics, Paris, 2012.

APÊNDICE A – Controles de Renda

A Renda Nacional Disponível Bruta das Famílias é calculada pelo BCB conforme Banco Central do Brasil (2021). A estimativa utiliza-se de dados do CEI e é divulgada mensalmente pela instituição, conceitua-se a RNBDF como “[a] soma [d]os rendimentos obtidos pelo uso de fatores de produção (trabalho e capital) e as transferências recebidas descontadas das transferências pagas, como impostos e contribuições sociais” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021). A metodologia considera $RNBDF = A + B + C + D + E$ sendo:

- A. Remuneração do trabalho ($A1 + A2 + A3$)
 - + A1. Salários
 - + A2. Rendimento misto bruto
- + B. Excedente operacional bruto
- + C. Rendas de propriedade ($C1 + C2 + C3$)
 - + C1. Juros líquidos recebidos
 - + C2. Rendas distribuídas das empresas
 - + C3. Rendas de investimentos
 - + C4. Renda de recursos naturais
- + D. Benefícios sociais ($D1 + D2 + D3$)
 - + D1. Benefícios de seguridade social
 - + D2. Outros benefícios de seguro social
 - + D3. Benefícios de assistência social
- + E. Transferências correntes das famílias ($E1 + E2 + E3$)
 - E1. Impostos sobre renda e patrimônio
 - E2. Contribuições sociais
 - E3. Outras transferências correntes

A mensalização segue a metodologia apontada no anexo com o uso de *proxies* nominais às variáveis não observáveis na trajetória mensal. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021)

A Renda Disponível Bruta é calculada pelo IBGE trimestralmente no Sistema de Contas Nacionais (SCN) e é disponibilizada no CEI. O cálculo dessa variável parte do PIB, soma da produção de todos os bens e serviços finais da economia a preços de mercado de um determinado país. A partir do PIB soma-se os ordenados e salários (líquidos recebidos do

exterior) e as rendas de propriedade (líquidas recebidas do exterior) obtendo a Renda Nacional Bruta. Da RNB acrescenta-se outras transferências correntes líquidas recebidas do exterior chegando a RDB. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016)

APÊNDICE B – Dados do CETAD

A tabela utilizada para levantamento dos dados é a tabela III que segue o seguinte critério “[...] o somatório da RTB mais os Rendimentos dos sócios ou titulares de Micro e Pequenas empresas mais os Rendimentos recebidos a título de lucros e dividendos mais os Rendimentos Sujeitos à Tributação Exclusiva” (RECEITA FEDERAL, 2021)

Os dados apresentados seguem o seguinte esquema conforme Receita Federal (2021):

- Quantidade de Contribuintes;
- Renda Tributável Bruta - RTB:
 - Limite superior da RTB do centil [R\$];
 - Soma da RTB do centil [R\$ milhões];
 - RTB acumulada do centil [R\$ milhões];
 - Média da RTB do centil [R\$];
- Rendimento Sujeito à Tributação Exclusiva [R\$];
- Rendimentos Isentos:
 - Lucros e Dividendos [R\$ milhões];
 - Rendimentos de Sócio/Titular de ME/EPP Optante pelo SIMPLES [R\$ milhões];
 - Outros Rendimentos Isentos [R\$ milhões];
- Despesas Dedutíveis:
 - Previdência [R\$ milhões];
 - Dependentes [R\$ milhões];
 - Instrução [R\$ milhões];
 - Médicas [R\$ milhões];
 - Pensão Alimentícia [R\$ milhões];
 - Livro-Caixa [R\$ milhões];
- Imposto Devido [R\$ milhões];
- Bens e Direitos:
 - Imóveis [R\$ milhões];
 - Móveis [R\$ milhões];
 - Financeiros [R\$ milhões];
 - Outros Bens e Direitos [R\$ milhões];
- Dívidas e ônus [R\$ milhões].

